PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO VII — N.o 63 — SÃO PAULO, AGOSTO DE 1962 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2 — CAIXA POSTAL N.o 4.469

Estudantes universitários, reunidos na Cidade Universitária de Lisboa, protestam, em massa, contra medidas governamentais atentatórias da autonomia e dignidade da Universidade

Nesta Edição

☆ Missão do Comité Internacional, da Conferência de Anistia visita Portugal — Boletim da Anistia, pag. 5

☆ Os trabalhadores alentejanos conseguem a jornada de oito horas, pag. 8

☆ Nova Base da NATO em Beja - pag. 8

☆ A Repercussão do Apêlo a favôr da Anistia — Boletim da Anistia, pag. 5

UNIDADE E AÇÃO

A unidade dos oposicionistas contra Salazar — essa união bem compreendida de tôdas as forças sinceramente anti-fascistas, que esquecendo provisòriamente as peculiaridades políticas, religiosas e filosóficas de cada grupo, deles guarda apenas a base comum que pode contribuir para se alcançar o objetivo final — começa a produzir os seus efeitos: manifestações de rua, as mais violentas já realizadas no nosso país, greves de estudantes, que foram também as mais amplas de todos os tempos, e até, como reação de certa maneira inesperada e pitoresca, laboriosas notas oficiais que enchem as páginas dos jornais portugueses.

Com efeito, o orgão mais característico do fascismo — a PIDE — em meados do mês passado veio aos jornais explicar detidamente aquilo que, de tão repetido, já tôda a gente devia saber: que, por detrás das forças que permitiram alcançar esses magníficos objetivos se encontra apenas "uma organização secreta e subversiva que atua no país segundo diretrizes emanadas de Moscovo"...

O chavão, só por si, é tão surrado que não valeria a referência. Entretanto, o documento, que ostenta grande estendal de pormenores falsos e está vasado numa linguagem moderada e pretensamente explicativa, revela tal esfôrço mental, da parte da PIDE, que merece um comentário. Não é por acaso que os escribas da António Maria Cardoso perdem o seu precioso tempo, normalmente empregado em outras atividades bem mais "nobres" — assassinando e torturando os democratas portugueses — para se apresentarem, em pacientes elocubrações, procurando explicar qualquer coisa por via da imprensa, ao nosso povo. Eles agem assim porque a nossa unidade lhes doi, porque ela está corroendo aquilo que foi sempre a maior arma do salazarismo. Agora, eles escondem o sangue das vítimas e vêm, de mansinho, com a pena molhada em nova tinta, prevenir o povo de que, empurrando o heroico movimento dos nossos estudantes, que empolgou Portugal, se acha "o dedo da esquerda".

A forma como o fazem vem provar-nos, se houvesse necessidade desta prova, que finalmente estamos no caminho certo. Só é preciso que demos mais um passo e que saibamos ajustar a nossa unidade a todos os tipos de luta. Agora, que ela foi alcançada, devemos diversificá-la: ela deve ser de cúpula, em torno dos mais altos objetivos, da eliminação final do estigma fascista; mas deve também ser de base, para atingir fins específicos e imediatos, como uma greve, uma manifestação de massas, uma simples recolha de assinaturas de protesto contra as arbitrariedades do salazarismo. A unidade forja-se na luta quotidiana, na ação ombro a ombro. Assim compreendida, ela é a principal condição previa para a insurreição nacional que derrubará Salazar.

PORTUGAL DEMOCRATICO

Apelo aos Portugueses da America

Considerando que a realização da Conferência da Europa Ocidental pela Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses, em 3 e 4 de Novembro próximo, terá uma enorme repercussão em Portugal;

Tendo em conta que essa Conferência é da máxima importância para o esclarecimento da opinião pública nas Democracias Ocidentais;

Sabendo, por comunicação do Comité Nacional Francês, que são já superiores a 80.000 N.F. os encargos contraidos com a preparação da Conferência, nomeadamente — envio de delegações a Portugal, impressão e divulgação de documentos;

Considerando que para nós, portugueses emigrados, apoiar a campanha em prol da Anistia é um dever de solidariedade e, ao mesmo tempo a forma de participar na luta de libertação do nosso Povo;

Dirigimos o nosso mais veemente apelo a todos os portugueses residentes no Brasil, Venezuela, Argentina, Uruguai, Estados Unidos e Canadá para que promovam uma ampla recolha de fundos, reafirmando assim o seu apoio à realização da Conferência de Paris.

São Paulo, 31 de Julho de 1962

(aa) Humberto Delgado
Ruy Luís Gomes

O clero português contra o facismo

SALAZAR E O DIREITO PENAL DA IGREJA

pelo Padre NARINO DE CAMPOS

A propósito da opinião expressa, há tempos, num jornal do Rio de Janeiro, "O Lusitano", de que o dr. Oliveira Salazar, chefe do governo português, teria incorrido na pena de excomunhão, julgamos conveniente prestar alguns esclarecimentos e informações que ajudem os leitores a fazer um juízo acertado sôbre êste assunto, que é, indubitàvelmente, de grande interêsse.

1.o — Segundo o cânone 2343 § 3.o do Codigo de Direito Canônico, incorre automàticamente em excomunhão reservada "de modo especial" à Santa Sé Apostólica todo aquêle que usar de violência contra a pessoa de qualquer bispo; e, segundo o § 4.o do mesmo cânone, é atingido também automàticamente (ipso facto) de excomunhão reservada ao Ordinário próprio, que é geralmente o bispo diocesano, quem usar de violência contra algum sacerdote.

a) — Por acão de violência designa-se, conforme ensinam os autores aprovados, tôda a diminuição ou ofensa causada à integridade e liberdade físicas dos clérigos, e à sua dignidade, inclusive a expulsão da própria casa ou da cidade em que residem (cf. Coronata **Institutiones Iuris Canonici**, Editôra Marietti, vol. IV, 1948, p. 397).

b) Não tem aplicacão a pena nos casos em que a violência fôr usada em legítima defesa, podendo evidentemente a legítima defesa partir dos indivíduos ou da sociedade como tal representada pelas autoridades.

c) O disposto no cânone 2343 aplica-se a todos os infratores, quer estejam quer não investidos em cargos de autoridade civil, como se conclui da letra do cânone e de vários pronunciamentos da Santa Sé.

Ora bem: tendo D. Antônio Ferreira Gomes, bispo do Pôrto, saído de sua diocese e viajado pelo estrangeiro, ao regressar, com seus documentos em dia, foi impedido arbitràriamente, na fronteira portuguêsa, de entrar no país e, portanto de voltar à cidade e diocese do Pôrto. Os agentes policiais que se desempenharam dessa missão cumpriram ordens do dr. Salazar.

Acontece, por outro lado, que sacerdotes católicos da arquidiocese de Luanda, em Angola, foram detidos pela policia salazarista e obrigados a seguir para Portugal. Alguns dêles ficaram durante meses encerrados na cadeia do Aljube, e houve os que suportaram outras grandes afrontas, como bofetadas e pontapés, sendo depois coagidos a permanecer longe de Angola com residência fixa em determinados lugares de Portugal.

a) A ação de violência física está bem caracterizada, principalmente no caso dos sacerdotes de Angola.

b) O dr. Salazar e seus mandatários não agiram em legítima defesa, e castigaram e lançaram tremenda humilhação sôbre alguns sacerdotes de côr, de fama impoluta e de grande e reconhecida virtude, sem qualquer sombra de prova e de julgamento prévio. Todo o mundo sabe que o único "crime" do bispo do Pôrto foi o de ter a coragem de dizer a verdade, aliás nos têrmos mais comedidos e respeitosos (cf. "Portugal Democrático", outubro de 1958). Quanto aos sacerdotes angolanos, é incrível o que a propaganda salazarista inventou contra êsses padres, a fim de explicar, diante do público, a sua prisão. Êles estão simplesmente convencidos de que o povo de Angola tem direito, como todos os povos, à autodeterminação; quando muito, exteriorizaram esta convicção, mas não empregaram meios violentos para impô-la aos outros. Na sua qualidade de sacerdotes católicos, obedientes à doutrina e às diretrizes de Roma, não podiam falar nem pensar de maneira diversa, sem traírem a sua religião. Asim, nada fizeram que motivasse a não aplicação automática do cânone 2343, com fundamento em legítima defesa de quem quer que fôsse, pois onde não existe ataque não existe defesa.

c) Nem interessa, como vimos, para o valor da questão saber se o dr. Salazar agiu por vontade própria individual, como qualquer cidadão que comete um crime, ou se em decorrência do cargo de primeiro-ministro.

2. — O cânone 2334 castiga, também automàticamente, com excomunhão reservada à Santa Sé "de modo especial", os autores de leis, mandados ou decretos contrários à liberdade e aos direitos da Igreja.

Entende-se por **mandados** os preceitos relativos a cada pessoa ou caso, os quais preceitos são, muitas vêzes, trasitórios. Cabe nesta categoria a ordem dada por Salazar de impedir o regresso de D. Antônio Ferreira Gomes à sua diocese. Essa ordem atingiu a liberdade e os direitos da Igreja, pois entre êstes se conta, como um dos mais elementares, o direito de os bispos residirem no território da respectiva diocese. Notemos, para desfazer qualquer dúvida, que liberdade e direitos devem interpretar-se aqui, no mais amplo sentido (cf. Cappello, **Summa Iuris Canonici**, vol. III, Roma, 1948, p. 525).

3. — Um decreto da Sagrada Congregação do Concílio, de ..... 29-6-1950 excomunga ipso facto, com absolvição reservada "de modo especial" à Santa Sé "os que maquinam contra as legítimas autoridades eclesiásticas ou procuram subverter de qualquer maneira o seu poder", ficando igualmente ex-comugados os que participem, de modo direto ou indireto, nessa maquinação. De modo indireto participam, v.g. os que fazem que outros realizem o ato proibido, permanecendo êles ocultos ou não (cf. Wernz-Vidal, **Ius Canonicum**, tomus VII, Roma, 1937, p. 497).

Requer-se que a pessoa eclesiástica seja atacada por motivo não estritamente pessoal, isto é que seja atingida a própria autoridade. As maquinações do dr. Salazar e de seus auxiliares contra o bispo do Pôrto tiveram como razão a célebre carta do bispo, de 1958, a qual não era um assunto estritamente pessoal mas, ao contrário, traduzia, em pontos de suma importância, o pensamento e a doutrina da Igreja Católica. De resto, os já citados Coronata, p. 448, e Wernz-Vidal, p. 497, advertem que não é fácil injuriar ou desprezar a pessoa, sem atingir, ao mesmo tempo, a sua autoridade.

Os fatos e a letra dos cânones principalmente os referidos no n.o 1, são demasiado claros para poderem ser discutidos. Por isso, a única coisa que podia livrar o primeiro-ministro português de cair em excomunhão seria a ignorância da lei, a ignorância total e não culpada, mesmo crassa ou supina conforme estabelece com razão o cânone 2229 do Código de Direito Canónico. Mas é inadmissível esta ignorância tranquila no dr. Salazar, de velha formação cristã, para mais depois de assistir, no cenário internacional, como chefe de um govêrno, por exemplo à notificação da Sagrada Congregação Consistorial, de 16 de junho de 1955, acêrca da pena de excomunhão em que haviam incorrido, na Argentina de Peron, os perseguidores da Igreja e do clero.

O dr. Salazar, inebriado embora pelo vinho do poder absoluto, sente, na realidade, que seu procedimento para com D. Antônio Ferreira Gomes não tem explicação justa dentro da verdade dos fatos, porquanto à revista espanhola **Ecclesia**, que abordara a situação do bispo do Pôrto já impedido de entrar em Portugal, a propaganda salazarista informou que D. Antônio estava exilado não por divergências políticas, mas por um certo negócio ilegal de divisas com o estrangeiro!!! De fato, os verdadeiros motivos, políticos, que levaram Salazar a proibir o regresso do bispo do Pôrto e a maltratar sacerdotes inocentes não os podem livrar de responsabilidade grave, diremos antes, gravíssima diante da consciência.

É tudo o que se exige para incorrer na pena.

———oOo———

Não somos, de modo nenhum, supersticioso, nem queremos até simplesmente parecer que o somos. Há, todavia, coisas impressionantes:

O autor principal da prisão de um dos sacerdotes de Luanda morreu, logo a seguir, num desastre de automóvel, nas ruas daquele cidade. Depois do caso do bispo do Pôrto é que o dr. Salazar encontrou as piores dificuldades de sua vida: tentativas de deposição pela fôrça lideradas por elementos não comunistas, oposição de ministros de seu govêrno, a guerra de Angola, etc. E, após a prisão dos sacerdotes africanos, as complicações não cessaram de multiplicar-se, e aconteceu o desastre de Goa...

A História está cheia de nomes de governantes, alguns dêles nossos contemporâneos, que, com mais ou menos maquiavelismo, seguiram o mesmo caminho.

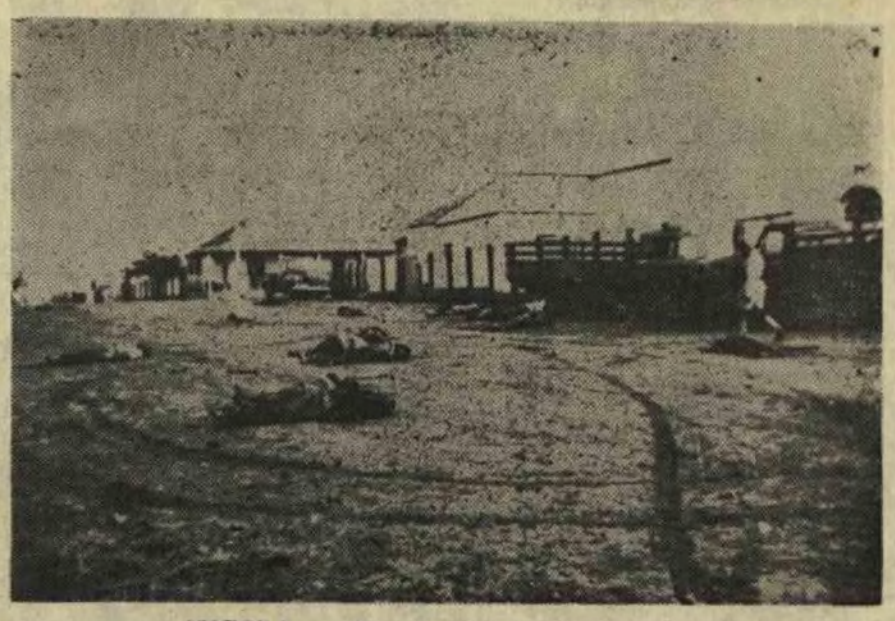
Poderá alguém objetar que a Santa Sé ainda não interveio para declarar públicamente o dr. Salazar, e uns tantos dos seus colaboradores, incursos em excomunhão. Mas o fato não tem qualquer significado, porque se trata de ex-comunhão que não precisa de ser declarada. Ela existe em conseqüência dos cânones ou de decretos posteriores. Além disso, a Santa Sé deseja mais perdoar do que castigar, pelo que não insiste na reafirmação das penas de ex-comunhão desta natureza — cuja eficácia medicinal confiou especialmente à reação das consciências — exceto em circunstâncias da máxima gravidade, como, por exemplo, quando o ex-comungado se mostra contumaz, ameaçando levar a efeito novos atos de perseguição. Veja-se com que silenciosa expectativa e com quanta paciência Roma se tem comportado no caso de Cuba sob o regime de Fidel Castro.

Faleceu J. M. Furtado

Chega-nos a noticia do falecimento em Salcete, na India, de um grande patriota goês, o dr. José Maria Furtado. Bastaria a sua vida de combatente ao serviço da causa da autodeterminação da sua terra para que José Maria Furtado merecesse a nossa admiração, pois foi um dos nacionalistas goeses que pela coragem das suas atitudes e intransigente oposição ao colonialismo salazarista mais incorreu no odio cego dos proconsules do ditador. Medico com uma obra de assistencia notável, nem essa condição bastou para o livrar das prisões fascistas onde sofreu torturas e vexames sem conta.

Para quantos trabalham neste jornal ele era, porem, acima de tudo um amigo e um companheiro. PORTUGAL DEMOCRATICO deve-lhe a expansão e o prestigio alcançados em Goa nos anos dramáticos que precederam a libertação daquela colonia. Adepto entusiasta da campanha a favor da anistia dos presos e exilados políticos de Portugal e Espanha enviou-nos, ao tempo, em nome do Centro Regional de Nagar Aveli, a que presidia, importante contribuição para a referida campanha.

LEIA
"ORA BOLAS"
de Arapuã
Um grande humorista
Um grande amigo de Portugal
Pedidos à nossa Redação — R. Conselheiro Furtado, n.o 191



ANGOLA — Amostra da pacificação salazarista

Carta de Piteira Santos ao Ministro F. Nogueira

Chegou às nossas mãos cópia de uma carta, datada de 2 de Março de 1962, endereçada ao Ministro dos Negócios Estrangeiros e subscrita pelo conhecido intelectual Fernando Piteira Santos. Porque muito extensa, omitimos a primeira parte em que Piteira Santos relembra as ideias e aspirações que êle, e o hoje ministro de Salazar, outrora partilharam.

Transcrevemos, da segunda parte da carta, as passagens que, sem comentários desnecessários, tornam evidente a brutal arbitrariedade do relatado:

"O Governo — todos os governos da presidência do Dr. Oliveira Salazar independentemente de ocasionais composições ou recomposições — tem considerado correlativa da supressão das liberdades democráticas a redução dos adversários politicos ao silêncio e à inatividade, mas não parece que logicamente deve resultar da perseguição de que sou alvo, como adversário politico do regime, a perseguição à minha família e que a Policia política, não me tendo conseguido prender, cêrca de quarenta dias depois de ter devassado a minha casa ao romper do dia se vingue prendendo minha Mulher.

A Maria Stella deixou em casa, perplexas e desesperadas, a Filha, uma rapariga de dezenove anos, aluna da Faculdade de Letras, e minha Mãe, uma alquebrada senhora de oitenta e oito anos. Tendo eu evitado (ou adiado) a prisão pelo processo clássico de me ausentar de casa e dos locais onde modestamente ganhava a minha vida, a Maria Stella, com o seu emprego, assegurava-me materialmente a vida familiar. E era para a Filha e para a Mãe de seu marido, mais do que o esteio material, o amparo moral e afetivo de que carecem a juventude de uma e a provecta idade de outra. Reconheçamos que o golpe policial, na sua desumana brutalidade, atingiu plenamente o objetivo. Essas duas mulheres que me são queridas ficaram numa situação dificilima, minha Mulher foi encarcerada no Forte de Caxias, onde sofre, com a situação de prisioneira, a consciência dos perigos que eu corro e a incerteza do que se passa em sua casa.

A prisão da Maria Stella é uma violência e é um ato de represália. Não se argumente que existia um qualquer pretexto legítimo para a sua prisão. O seu crime é ser minha Mulher. Não é legal, nem é decente, perseguir a família de um adversário politico. Era a Maria Stella suspeita de...? Todos podemos ser considerados como suspeitos de colaborar, de cooperar, de participar na universal conspiração que é a vida portuguesa. Na vida a dois há sempre segredos que se partilham, atividades que se conhecem, intenções ou sonhos que são comuns? Mas será comum e igual a responsabilidade política? Será amanhã legítimo pedir à Senhora Franco Nogueira explicações, informações ou responsabilidades relativas aos atos do Ministro Franco Nogueira?

É evidente que como quando os nazis constituiam reféns para fins preventivos ou punitivos, minha Mulher foi presa na suposição de que estava em contato comigo, não só para me dificultarem a vida e os movimentos, como para exercer sobre mim uma coação moral, para desorganizar até ao limite material praticável a minha vida familiar, para me desorientar, e à distância, ferir nos meus sentimentos e afetos. Honradamente confesso: sob este aspecto, não se trata de um golpe talhado.

É bem diferente, todavia, a nossa posição. O Alberto Franco Nogueira é Ministro, faz parte de um Governo sob o império do qual a Policia política prende minha Mulher, e eu não creio que possa limitar-se, ao ler esta carta, à indiferente atitude de tomar conhecimento de um assunto que "corre por outra pasta". Há atitudes a que um homem de bem não pode ligar o seu nome. Há "ligações perigosas"...

Nem tudo se pode sacrificar à carreira burocrática ou à razão-de-Estado. Mormente como a razão-de-Estado nem é razão, nem serve o Estado, nem corresponde aos interesses nacionais, presentes, nem acautela o futuro da Nação. É — outra ligação perigosa — dar à razão-de-Estado a estensão que autorize uma Policia política onipotente a praticar atos arbitrários, vexames condenáveis, represálias imorais, é abrir um caminho que pode levar demasiado longe.

Que será feito de minha mulher? Que terão feito a minha Mulher? Estas duas perguntas dão-lhe as coordenadas em que me debato. Não creio que se possa desprezar, acusar, oprimir, perseguir, torturar, para fazer florescer nesta terra, nesta Pátria, um ambiente de compreensão responsável, para dar lugar ao dialogo urgente, ao urgente exame de consciência que os portugueses terão de realizar nesta etapa crucial depois de Goa.

Natal do Preso Politico

Do sr. Prof. Carvalhão Duarte diretor do jornal "Republica" recebeu o diretor de PORTUGAL DEMOCRATICO a seguinte carta:

"Prezado Correligionário

Recebi, em devido tempo, a carta que fez o favor de me dirigir, datada de 9 do mês passado. Porque só agora recebi a verba de 2.935$00, só agora lhe escrevo, do que peço desculpa.

Estou, assim, de posse dos 7.935$00 que me enviou e que serão unicamente aplicados a favor de presos políticos e suas familias.

Aliás, na impossibilidade de podermos valer a todos quantos precisam é aos presos políticos e às suas familias que temos prestado toda a solidariedade que nos tem sido possivel prestar.

E, em consciência, sentimos que alguma coisa temos feito.

Para o meu prezadissimo correligionario e para quantos nesta obra de solidariedade colaboraram, vão os meus agradecimentos.

Com vivas e gratas saudações, creia-me sempre correligionário dedicado e amigo.

ass.) Carvalhão Duarte".

Notas e comentários - notas e comentários - notas e coment

SEIS ANOS DE LUTA

Celebra-se êste mês o sexto aniversário de PORTUGAL DEMOCRÁTICO. Foram seis anos ininterruptos de fidelidade aos ideiais da Democracia, seis anos de esclarecimento da opnião pública, seis anos de luta pela implantação da nova República Portuguesa e pela rendenção do nosso povo. Precursor da imprensa portuguesa livre, PORTUGAL DEMOCRÁTICO teve, nestes seis anos, a satisfação de ver o seu exemplo seguido, em todas as partes do mundo onde existem núcleos de portugueses independentes. Os 63 números publicados nêste período constituem o mais completo repositório de tudo quanto se fez, em Portugal e no estrangeiro, para implantar um regime democrático no nosso país.

Estes seis anos de combate dão-nos autoridade, portanto, para pedirmos ainda mais esforços, neste impulso final para derrubar o fascismo. Em primeiro lugar, para os pedirmos a nós próprios, a todos quantos trabalham nesta obra: é necessario que desenvolvamos esforços cada vez maiores, que vejamos no ódio que o fascismo nos dedica nova fonte de energia e nova razão para nos dedicarmos ao nosso jornal. Se outros não houvesse, bastaria êste fato para comprovar a utilidade da nossa missão.

Mas é necessário, também, que se alargue a rêde dos que nos auxiliam. Os nossos amigos não podem esquecer que uma tarefa como a que estamos realizando necessita da cooperação de todos. Que cada um colabore como puder para que o PORTUGAL DEMOCRÁTICO desempenhe cada vez melhor a sua missão. A ajuda ao nosso jornal pode assumir vários aspectos: o financeiro, pois na atual conjuntura económica o orçamento de um jornal é elevadíssimo e só graças à contribuição de todos poderemos continuar enfrentando as sucessivas elevações de preços do papel e da tipografia; o da colaboração: as nossas páginas continuam abertas a todos quantos possam ajudar-nos na tarefa de informação que nos propusemos; o da difusão: é preciso que a mensagem de PORTUGAL DEMOCRÁTICO atinja setores cada vez maiores e para isso os que nos lêem não devem poupar-se a esforços a fim de aumentar a penetração deste jornal.

Cada passo no sentido de um maior estreitamento das relações entre os amigos do PORTUGAL DEMOCRÁTICO e o seu jornal será o maior premio que podem receber, neste sexto aniversário, todos quantos colaboram para fazer dêste orgão o porta-voz dos anseios democráticos do povo português e a tribuna de esclarecimento da opinião pública universal àcêrca da luta pela libertação do nosso país.

Agostinho Neto

O presidente do Movimento de Libertação de Angola, o escritor Agostinho Neto fugiu de Portugal, e vai a caminho de Inglaterra. Salazar, que o conservava preso, últimamente pusera-o em residencia vigiada. Esta pretensa benevolência do ditador por certo se destinava a dois fins: mostrar à opinião pública mundial que inimigos políticos de alta importância são tratados com consideração, e observar quem, na liberdade relativa do líder angolano, se aproximava dele. No fim de contas, em residência vigiada é como toda a gente vive em Portugal, sem que as potências aliadas de Salazar se preocupem muito com isso. E, se a Agostinho Neto era dado, ostensivamente, o mesmo tratamento, isso apenas se devia ao fato de Angola se ter tornado (como o próprio Portugal ainda não) uma questão mundial. A fuga do chefe angolano não estava, por certo, nos planos do ditador. Livre na Inglaterra — se a Inglaterra o acolher — êle constituirá um sério problema para Salazar, a menos que a velha raposa de Santa Comba não esteja pensando em servir-se desse problema para melhor negociar com os Estados Unidos, afastando-se mais da Inglaterra. De qualquer modo, PORTUGAL DEMOCRÁTICO congratula-se com a liberdade plena que Agostinho Neto terá conquistado, após tantas perseguições. O govêrno de Lisboa apresenta internacionalmente, como óbice à idependência de Angola, a falta de líderes que posam governar. Presos é que eles nunca governarão. E soltos, podendo falar ao mundo, serão sempre um passo decisivo para a queda da oligarquia sinistra que governa Portugal.

J. de S.

Contra os negros e a cultura

Referimo-nos em outra nota à anulação, pelo ministro das colónias portuguêsas, de deliberações legislativas das autoridades de Angola, que ali fariam iniciar em breve (e já em más horas) o ensino universitário.

Relatamos a seguir o que se passou.

O Conselho Deliberativo da colónia votara um diploma, depois promulgado pelo governador-geral criando **centros de estudos universitários**, destinados a obter a "preparação acelerada de técnicos que possam desempenhar as funções essenciais nos quadros do Estado" e que seriam equiparados aos futuros cursos da Universidade que viesse a ser criada naquele território (?...)

Segundo as portarias que regulamentavam a organização dos **centros**, deviam ser feitos "todos os esforços para instituir a aula-diálogo, banindo a anacrónica aula magistral, destituida de qualquer interesse e, em muitos casos, mesmo deformadora", que é o sistema praticado nas universidades de Portugal, por obra e graça da ação **educativa** de Salazar.

Acrescentava-se, tambem, que poderiam ser convidados para os corpos docentes quaisquer pessoas "com reconhecido mérito científico ou notável competência técnica".

Tanto liberalismo irritou profundamente Salazar.

E tão profunda irritação, burocràticamente comunicada ao seu ministro das colónias, levou este em decreto de artigo único, a anular brutalmente o diploma legislativo e as respectivas portarias, com pseudo-fundamentos **ad hoc** forjados, dos quais ressaltamos três:

1.o — que só poderão funcionar cursos superiores nas colonias "em estrita associação com as universidades metropolitanas";

2.o — que "não parece possível fazer funcionar desde já, no **ultramar**, mais do que os dois ou tres primeiros anos de algus cursos superiores";

3.o — que o recrutamento do pessoal docente teria de ser efetuado por "critérios idênticos aos vigentes para as universidades metropolitanas".

Os 1.o e 3.o **fundamentos** traduzem a oposição sistemática e de sempre do salazarismo à autonomia da universidade e o propósito de dar continuidade, quando em Angola venha a ter mesmo de **suportar** a criação do ensino universitário, aos processos policiais de recrutametno (e de demissão compulsória...) com que afastou das universidades de Portugal os melhores valores científicos e pedagógicos, muitos deles para serem presos e outros obrigados a expatriarem-se, como Ruy Gomes, Manuel Valadares e tantíssimos mais.

O 2.o **fundamento** dá corpo ao desejo de Salazar de afastar definitivamente a idéia de que, pelo ensino universitário **completo**, os naturais de Angola possam vir alguma vez a ocupar posições de relevo administrativo e/ou cultural na colonia.

Um sistema colonial que ao fim de 5 séculos declara, despudoradamente, não lhe ser possível instituir numa colónia da extensão de Angola um único curso universitário completo, está passando a si próprio o melhor atestado de inidoneidade política, cultural e moral.

O que se deduz, portanto, deste triste incidente entre o governo da colonia e o governo de Lisboa, de que o primeiro é mandatario, é que este se deixou pressionar pela inquietação semi-clarividente dos colonos, pouco convencidos da **pacificação** feita à mão armada e dispostos a deixar voar um pássaro para manterem o outro na mão, ao que se opôz o ódio racista de Salazar a tudo o que possa representar a elevação social dos naturais de Angola, convencido, como deve estar, de que não lhe é já mister fazer essa **concessão** para manter a opressão colonial.

Querem os leitores, brasileiros e portugueses de boa-fé, conhecer a atitude posterior do governador-geral de Angola, que por sinal e não por acaso é um general?

Pois as palavras do homem foram apenas estas:

"Há uma hierarquia que importa respeitar. O alto sentido de disciplina e de respeito por essa hierarquia, que são o próprio fundamento da minha formação militar, só se encontra robustecido", etc. e tal.

E querem saber como o ministro das colonias **justificou** a sua atitude?

Com esta confissão de subserviência e de falta de liberdade e independência (tambem tu, ministro?), em telegrama ao governador-geral:

"que os poderes de que estava investido eram para executar o pensamento de quem lhe delegava os poderes (Salazar, o todo-poderoso) e não para contrariar esse pensamento"!

Resta relatar, em mais duas palavras, o epílogo fatal:

O pobre general-governador-geral, que em má hora se deixou contaminar pelo bom senso dos colonos, — foi logo chamado a Lisboa...

M.S.

A lição das jornadas sangrentas

O mês de maio deste ano foi assinalado pela realização das mais importantes manifestações de rua, dos últimos tempos por parte das massas portuguesas, na sua luta contra o fascismo. Alguns mortos e dezenas de feridos constituem o balanço sangrento dessas jornadas heroicas. Quantos os mortos? Não se sabe ao certo: Salazar confessou apenas um crime que não pôde esconder — o assassínio do jovem Estevão José Dangue Giro, de 25 anos, tipógrafo, natural de Alcochete, que morreu na Associção de Socorros Mútuos dos Empregados no Comércio, para onde fôra levado já agonizante, atingido na cabeça pelos tiros da polícia do Estado Novo. As manifestações de 1.o e 8 de maio deixaram o centro de Lisboa com o aspecto de cidade aberta, após uma batalha de ruas: montras estilhaçadas (de estabelecimentos comerciais, do Banco Português do Atlântico, da repartição pública instalada no edifício do Hotel Mundial, etc.), postes de sinalização arrancados, com os ferros torcidos, pedras dos passeios levantadas... Foram estas as armas do povo, na luta contra o aparelho policial de repressão que pôs na rua esquadrões de cavalaria, metralhadoras e tanques. O movimento tomou tal amplitude que o Governo, temendo a descida para a Capital de reforços vindos da margem sul do Tejo, foi forçado a interromper as comunicações telefónicas com aquela zona. Assim mesmo, não conseguiu impedir que o povo ocupasse a Baixa durante várias horas. Depois das manifestações do dia 1.o, o Ministro do Interior, o tristemente célebre Santos Júnior, só por volta das duas da manhã se atreveu a percorrer o centro de Lisboa para avaliar os estragos causados pela legítima cólera popular. No Porto, os círculos oficiais tiveram que confessar que, só no Hospital de Santo António foram atendidas 34 pessoas em consequência da brutalidade da repressão. Todos os cafés do centro fecharam as portas e os elétricos desviaram as carreiras que se dirigiam á praça da Liberdade. No dia 1.o, milhares de pessoas dominaram todo o centro entre 17.30 e 23 horas.

Estas manifestações de massas, que se seguem, numa cadencia cada vez mais acelerada, às grandes concentrações de Novembro, verificadas em Lisboa, Pôrto, Alpiarça, Coimbra, Covilhã e Almada (onde foi morto por uma rajada de metralhadora o operário Cândido Martins), ao levante armado de Beja, ao 31 de janeiro, ao 8 de março, e à greve dos estudantes dos três centros universitários do país, são a maior prova de fraqueza dada pelo regime nos últimos anos, e constituem, indubitavelmente, o necessário prelúdio da insurreição popular armada que derrubará o fascismo.

Para isso, entretanto, é preciso que participem da luta camadas cada vez mais amplas da população. As manifestações de rua só alcançarão os seus objetivos finais quando todos os setores do nosso país compreenderem que só agindo simultâneamente poderão conquistar a democracia. Para atingir êste ponto, a responsabilidade dos dirigentes da oposição (tanto os do interior, como os que se acham emigrados) é cada vez maior. Urge por de lado todas as divergências, unir todos os esforços, superar todas as questões ideológicas ou pessoais, para dar o impulso final que permitirá eliminar Salazar e a sua camarilha. Só assim o sacrifício dos mortos, dos feridos, dos presos das grandes jornadas de maio não terá sido em vão. Só assim conseguiremos honrar devidamente aqueles que, nas ruas das principais cidades do nosso país se lançaram à luta, de peito aberto, contra a máquina repressiva do fascismo.

V. R.

"Pax salazarista"

As agências internacionais noticiaram, em 18 de Julho, que o embaixador português nos Estados Unidos da América e o ministro das colónias de Salazar haviam anunciado, simultâneamente em Washington e Lisboa, a *completa pacificação de Angola*.

Ninguém, de boa fé, poderá acreditar numa tal afirmação.

Em primeiro lugar, este anúncio publicitário não se fez acompanhar (*o seguro morreu de velho*) do que seria o seu mais natural corolário: a repatriação das tropas portuguesas estacionadas em Angola, em número de muitas dezenas de milhar de homens. Em segundo lugar, continuam sendo noticiadas perdas de vidas portuguesas em emboscadas e lutas ▶ guerrilhas, no território angolano. Em terceiro lugar, a constante afirmação de propósitos por parte das organizações nacionalistas de Angola e a recolha de impressões por parte de todos os observadores estrangeiros imparciais que àquela colonia se têm deslocado contrariam frontalmente a pacificação propagandeada pelos agentes salazaristas.

Note-se, no entanto, que é tão grande o desejo de Salazar de impôr à opinião pública nacional e ao mundo a crença na pacificação de Angola, que uma das notícias que ùltimamente nos chegou foi a de que o ministro Adriano Moreira havia anulado deliberações legislativas das autoridades da colónia que aí fariam iniciar em breve o ensino universitário...

Quer dizer:

Dirigindo-se habilidosamente àqueles sectores de opinião que, dentro e fora de Portugal, conhecem perfeitamente a sua persistente acção, ao longo de mais de 30 anos, no sentido da preservação do obscurantismo como processo de domínio tanto do povo português como dos povos coloniais, os agentes salazaristas não tiveram pejo de lançar mão do *argumento* de ser já de novo desnecessário o ensino universitário em Angola, para tentarem fazer crer numa pacificação na realidade impossível.

Pacificação, de facto, impossível, na medida em que nunca foi, não é e nunca será pela força das armas que um governo pode dominar indefinidamente um povo, seja o *seu* próprio povo seja, por maioria de razão, um povo distinto daquele.

A *pax salazarista* é como a antiga *pax romana*: só aparentemente alcançada pela força, bruta das hostes armadas, também só pela força bruta desses hostes pode por mais ou menos tempo manter-se e também só aparentemente vale como paz, já que a vontade inquebrantável dos povos de obterem a liberdade é sempre mais forte do que a daqueles que lha querem nagar.

A *paz* anunciada pelos salazaristas para Angola é como a outra falsíssima paz muitas vezes anunciada em França para a Argélia, enquanto o conflito se processava.

A esta mentirosa *paz dos paraquedistas* — franceses ou portugueses — só há uma paz autêntica a contrapôr: da liberdade e independência dos povos, a da Argélia hoje independente e a da Angola independente amanhã, contra a vontade do salazarismo mas nem por isso menos inelutàvelmente independente.

Hoje, a pacificação verdadeira do território mártir de Angola só por duas forças pode ser feita: pelos portugueses democratas e anti-colonialistas e pelos nacionalistas angolanos. Aqueles que primeiramente obtiverem a sua independência nacional terão desferido, ao mesmo tempo, o golpe mais certeiro no sentido da conquista da liberdade e independência para os outros.

Por isso, contra o inimigo comum, que são os oficiais fascistas de Salazar, impõe-se uma aliança dos democratas portugueses e angolanos.

O repatriamento imediato e completo das tropas coloniais portuguesas deve ser o objetivo n.o 1 dessa aliança.

No dia da libertação comum e que acreditamos será quási simultânea, o povo português, como os antigos povos coloniais, terá diante de si a tarefa mais nobilitante, civilizadora e patriótica que pode apresentar-se a um povo, seja ele de que continente fôr: de cada habitante fazer um produtor e um consumidor, um cidadão, um obreiro consciente do seu futuro e do futuro da nação a que pertence.

M. S.

Dois mestres

Nos acontecimentos estudantis de Lisboa, noticiou a imprensa que dois professores da Universidade de Lisboa haviam sido bàrbaramente espancados pela polícia salazarista. Que estes professores se encontrassem ao lado dos alunos, eis o que redime as universidades portuguesas de trinta anos de cobardia e de miséria moral, em que as excepções mais dignas foram sempre impiedosamente afastadas do ensino, não só pelos terrores que Salazar tem de quanto seja dignidade, mas pelas intrigas e invejas dos seus colegas medíocres que sempre pactuaram com o ditador para esses efeitos ainda quando se diziam ou eram "oposicionistas". Acontece que os dois professores espancados não são **apenas** dois professores capazes de dignidade e de coragem. O prof. Jaime Celestino da Costa, da Faculdade de Medicina de Lisboa, é um dos mais ilustres mestres dessa casa, e um dos mais reputados cirurgiões portuguêses. O professor Lindley Sintra, da Faculdade de Letras de Lisboa, é um filólogo e um medievalista de reputação internacional, cujos estudos sobre a "Crónica Geral de Espanha" lhe grangearam uma autoridade reconhecida por quem é a máxima autoridade na matéria, o glorioso ancião Menedez Pidal. De modo que, por ignorância, os jornais perderam a oportunidade de denunciar como a mais alta cultura é espancada em Portugal, e que respeito ela merece aos carrascos de Salazar. Homens dignos e eminentes, nem um nem outro destes dois professores pode ser acusado de estar comprando a popularidade entre os estudantes que os conhecem e respeitam. E nenhum deles é um político, mas, para honra da universidade portuguesa, personalidades para quem a cultura não é separável da coragem e da responsabilidade cívica, e mestres com quem Portugal conta, quando soar a hora de os medíocres tombarem com o maior de todos eles: Salazar.

J. de S.

Salazar e os Estados Unidos

JORGE DE SENA

Neste momento — o momento em que escrevo este artigo — o Secretário de Estado norte-americano, Dean Rusk (que, em português, quer dizer o Deão Pão Dôce) estará em Lisboa, entrevistando Salazar, e, porque as agências noticiosas são pùdicamente discretas nesse ponto, não sei se mesmo almoçando com ele. Uma vez que este encontro foi precedido de um substancial empréstimo de bancos norte-americanos a Salazar, não vejo inconveniente, e até acho justo, que o Secretário de Estado côma, com o ditador português, alguns bolinhos de bacalhau, pagos pelo contribuinte americano, e escapados à voracidade dos tubarões salazaristas e das despêsas com a guerra colonial que é, agora, o principal contributo de Salazar para a defesa da conhecida civilização cristã e ocidental. O principal contributo, mas não o único; e, por isso mesmo, o Secretário de Estado se encontra em Lisboa.

É claro que a negociação para o renôvo do arrendamento das bases nos Açores não bastaria, por si, para explicar a viagem do Deão Pão Dôce. Com efeito, se Salazar é, para todos os efeitos, um govêrno-fantoche, a sôldo de interesses internacionais, negociar com ele não exigiria a deslocação de uma pessoa tão ocupada como deve ser o dito Secretário de Estado. Bastaria, através dos canais competentes, notificar o ditador, e ditar-lhe quais as condições do novo arrendamento. A viagem destina-se, pois, a algo mais que uma questão de rotina entre um ditador e o Departamento de Estado, que não lhe retira o seu apoio. Destina-se, precisamente, a tornar público que Salazar é um govêrno "soberano", com o qual é preciso negociar segundo as normas diplomáticas entre Estados soberanos, a ponto de ser necessário o incómodo de o Deão se deslocar a Lisboa.

O empréstimo anterior à visita tem, assim, um duplo objetivo: mostrar à opinião mundial que Salazar: como qualquer govêrno respeitável, precisa não só de dinheiro, para as suas despêsas, mas de ser comprado na sua benevolência, às vésperas de uma negociação momentosa e decisiva. E da realização propagandística desse duplo objetivo, resultará implícito, no plano diplomático, que não só dos Açores, mas também do regime português, o Departamento de Estado não abre mão.

As bases açorianas, por outro lado, têm, para o Departamento de Estado, um valor político que não deixa de ser sumamente interessante para os monopólios internacionais que apoiam Salazar: serão sempre, muito mais que uma posição dominadora das rotas aéreas e navais do Atlântico Norte, uma hipoteca pendente sôbre qualquer govêrno que suceda ao de Salazar e mesmo, uma posição de onde o continente português possa ser, em caso de necessidade, politicamente pressionado, com ameaças veladas de ocupação militar.

O relêvo jornalístico dado, pelas agências de notícias e pelas entidades oficiais dos Estados Unidos, a uma negociação que podia ser tanto ou mais discreta que muitas outras, bem secretas, que o Departamento de Estado tem em curso, só prova que a finalidade em vista é primacialmente esta.

Os Estados Unidos, tornados potência europeia pela última guerra mundial, herdaram os pavores das potências europeias quanto a uma esquerdização das Espanhas, que tão vergonhosamente se patentearam, durante a Guerra Civil Espanhola; e, deste ponto de vista, Portugal é tão a retaguarda da Espanha, como esta o é de Portugal, já que, e a política peninsular em várias ocasiões o provou, a agitação contra um dos países pode partir do outro. Numa Europa reduzida à França de De Gaulle, à beira da guerra civil, à Alemanha de Adenauer, que é um investimento político, cujo colapso pode dar-se inesperadamente, e de uma Itália que não merece confiança, a Península Ibérica, muito mais que a Inglaterra é a testa de ponte para o mundo euro-africano. E os altos interesses (ou baixos...) que arrastam na sua fatalidade as iniciativas políticas dos Estados Unidos, não podem, na verdade, permitir-se o luxo de um relaxamento de influência na Península Ibérica, já que sabem perfeitamente que o comprometimento com Salazar e Franco é tão grande, que nenhum govêrno mais ou menos democrático poderá reconhecer-lhes as mesmas vantagens monopolistas, de que hoje disfrutam.

Que isto é um espantoso e criminoso equívoco, não é necessário dizê-lo. Mas que condiciona o apoio emprestado ostensivamente a um Salazar, eis o que é preciso sublinhar. E não se pense que o empréstimo feito por alguns bancos a Salazar é uma forma de ser disfarçado o apoio financeiro, quando o orçamento do ditador estala por tôdas as juntas. A legislação norte-americana não autoriza o govêrno a emprestar a outros govêrnos; para salvaguardarem-se os princípios da "livre iniciativa" e da "não-interferência" na soberania dos outros países são entidades privadas quem faz um empréstimo, cuja garantia cabe ao govêrno. Desta forma, respeita-se a palavra do Evangelho, segundo a qual a mão esquerda não deve saber o que faz a direita...

É evidente que, da reunião de Lisboa e dos bolinhos de bacalhau supracitados, resultará a renovação do contrato de arrendamento dos Açores, e quiçá de outros arrendamentos também. E que a Secretária de Estado norte-americana aproveitará a oportunidade, para explicar aos seus outros aliados, mais sensíveis em matéria de fascismo, ou aos Estados afro-asiáticos, que a sua política anti-colonialista não pode continuar nos têrmos duros que haviam sido usados até há pouco, porque a renitência de Salazar obrigou em "negociações dificílimas", os Estados Unidos a afrouxar uma pressão que o ditador, velho e teimoso, mas expressão do secular orgulho imperial do povo português, achava lesiva da dignidade deste mesmo povo! De modo que, com lágrimas de emoção pela sorte das populações escravizadas (que o Departamento de Estado fará todo o possível por aliviar com remessas abundantes de latas de leite condensado), o Estados Unidos se viram obrigados a ceder, para preservar aqueles baluartes, cuja integridade é a própria imagem da civilização que está em jôgo... Assim, do mesmo passo, e em perfeita e lógica sincronia, se prestigia um regime cuja modificação pode acarretar o aborrecimento de tratar-se com um povo soberano, se avisa o mundo de que os Açores e etc. são património da "civilização ocidental", antes de o serem dos seus habitantes, e se arranja um alibi para o esfriamento dos entusiasmos anticolonialistas, esfriamento esse que havia de chegar, e chegou, para concretizar-se melhor o processo de congelação, a que está sendo submetida tôda a África. Angola e Moçambique são territórios por demais estratègicamente importantes e ricos para poder permitir-se que o colonialismo português desabe, arrastando na sua queda a "pacificação" do Congo ex-belga, e expondo as fronteiras dos Rodésias e da União-Sul-Africana à atração de republicas negras. Porque estes países são, na África, o símbolo da supremacia providencial dos povos anglo-saxónicos para segregarem com as benções de Deus, os pseudo-representantes de Portugal, rocada de Salazar em Angola e Moçambique será, a curto prazo, a derrocada deles.

Se algum motivo de orgulho o povo português pode tirar de maquinações que repudia, pois são feitas à custa da sua liberdade, é este: a sua importância política, no xadrês mundial, é tão grande, que, como na Coreia, ou no Sueste asiático, ou na Turquia, só é possível maquinar contra ele, usando de fantoches odiosos como qualquer Salazar carunchoso. Afinal, no desprêso total com que os portugueses são tratados pelos aliados do govêrno salazarista, ainda e sempre se comprova a incapacidade norte-americana para reconhecer que sejam GENTE as pessoas a quem Hitler não passou certidão de arianismo... e isto de peninsulares, como de hispano-americanos, é uma raça que nunca se sabe a que ponto é preta... Um dia, porém, chegará, em que a amizade do povo português será mendigada, precisamente pelas mesmas razões que agora fazem que ele seja ignorado nos seus legitimos direitos. Já passou, felizmente, o tempo em que se desembarcava impunemente em qualquer Egito deste mundo. Agora, acontece que os fusileiros navais, por muitas demonstrações de força, que façam nas praias do General Franco, ou de qualquer general às ordens do Pentágono, às vezes reembarcam mais depressa do que tinham desembarcado. E, dentro do seu desejo de paz, o povo português, através dos seus representantes eleitos, estará então pronto a conversar com qualquer Deão Pão Dôce — não para salvar nenhuma civilização dos outros, mas para impôr o respeito pela sua própria, e pelos direitos do Homem, tal como os define a Carta das Nações Unidas. O contato com castrados e impotentes, como são os pseudo-representantes de Portugal com quem conversam há trinta anos, deve ter dado, aos loiros diplomatas das potências arianas, uma errada idéia do que seja a virilidade do povo português. Apesar de sermos velhos de oito séculos, será prudente que não nos voltem as costas...

Texto solidário

Aos escritores portuguêses,
em particular aos meus jovens amigos.

Se viver livremente é pecado, então pecai, atraindo a condenação.

Poesia dêste verbo épico e humano: resistir. Resistir é próprio do homem. Resistir é conhecer-se; é mudar as estruturas da sua própria natureza.

Jardim da Europa em grades transformado,
Alerta a êsses ladrões: roubam-nos a paz.

Cesário Verde:
"Faço um trabalho técnico, violento,
Cantando, praguejando, batalhando."

António Nobre:
"Tintos da mesma côr os corações e as balas."

Jaime Cortesão:
"E eu prefiro ao aprisco a vida heróica."

Ser antifascista, amar e difundir a paz, condenar tôdas as formas de ódio e discriminação por motivos de classe, de raça ou de religião — tudo isto não constitui virtude, antes dever precípuo do escritor atual.

Sois despojados dos vossos textos que transformam em outros.
Podereis reconhece-los?

Apesar dos contrastes e restrições, apesar de tudo, captais o fluir dos futuro.

Breve explodireis. Todavia não vos deixeis dominar pelo pânico da vitória. Organizai a alegria. Controlai o caos.

O ôlho armado da lucidez ajuda a visão do próximo.

Descolonizar a cabeça, os pés e a estrêla.

Certamente já tereis dito NÃO à bomba atômica que — terrível pensamento — quer substituir-se ao homem.

Aplico à versão oficial da história feita por certos regímes uma sentença de Henri Michaux: "Même si c'est vrai, c'est faux."

Superar o tempo das anedotas que fazem engordar o tirano.

Levarei, transpostos na minha retina:
A faixa azul e verde do Tejo em Lisboa. A altíssima entrada do Porto e os seus rabelos-pássaros. Os campos do Mondego com o talhe das raparigas que, devendo ser suas donas, ainda são suas servas. O sol do convento de Cristo. Os contrastes do cabo do Carvoeiro. Évora-a-Branca. A sorra do Marão — essa Delfos ibérica.
Conservai êsses textos de natureza e arte com a ternura clássica e a lucidez moderna.

Aonde vão os pés da infância? A escola repousa sôbre um mecanismo de retardamento, respira um ar adverso à história.

Mas a aurora muda os seus motores.

Os arados reflorescerão: dançarão as tipografias.
A palavra, o pão e o vinho servirão a todos.
O céu será catequizado pela terra. Quanto aos restos do inferno, serão a partilha dêles.

MURILO MENDES
ROMA, 1962

Prof. Ruy Luis Gomes em S. Paulo

No passado dia 27 de Julho chegou a S. Paulo, vindo do Recife, o Prof. Ruy Luis Gomes, antigo candidato à presidência da República e um dos mais indiscutidos dirigentes da Oposição e do povo portugueses.

O objectivo imediato da vinda de Ruy Gomes foi a realização de um certo número de visitas a entidades portuguesas e brasileiras desta capital, no sentido de solicitar-lhes todo o apoio moral e material à próxima Conferência da Europa Ocidental para a Anistia dos Presos e Exilados Políticos Portugueses, a iniciar-se em Paris no dia 3 de Novembro.

Depois de uma reunião com a Comissão Executiva da U.D.P., assistida por numerosos filiados desta organização e realizada em 28, o Prof. Ruy Gomes, acompanhado por alguns correligionários, conferenciou nos dias seguintes com diversas personalidades, a quem expôs, em todo o seu transcedente significado, a magna importância da Conferência de Paris e a necessidade de apoio para a sua realização.

Cumprida plenamente a sua missão, no que deparou sempre com o melhor e mais compreensivo acolhimento, o Prof. Ruy Gomes partiu no dia 1.o de Agosto para o Rio de Janeiro, tendo recebido no aeroporto uma vibrante despedida por parte dos democratas de São Paulo.

No Rio efetuou ainda mais algumas visitas, tendo regressado, finalmente, ao Recife no dia seguinte.

Congresso Mundial do Desarmamento

Transcrevemos abaixo a intervenção do Chefe da Delegação Portuguesa Rui Cabeçadas, ao Congresso Mundial da Paz, realizado em Moscovo de 9 a 14 do mês passado.

Senhor Presidente
Caros Amigos

A delegação portuguesa sauda calorosamente o Congresso Mundial para o Desarmamento Geral e a Paz.

A delegação portuguesa, constituída por pessoas de tendências diversas e opiniões diferentes, encontrou na luta pela liberdade e nas aspirações pacíficas do povo português a razão de unidade em relação aos problemas em discussão neste Congresso.

O desarmamento geral representa para todos os povos do mundo o unico meio de impedir a ameaça constante de destruição pelas armas nucleares, a unica garantia de paz, de independência nacional e de democracia indispensável ao progresso social.

O povo português suporta há 36 anos a opressão dum regime que lhe recusa as liberdades mais elementares. Ele sabe bem que a permanência no poder dum govêrno fascista só é possível graças à ajuda que lhe dão as grandes potências imperialistas, em troca de concessões economicas e militares que tornam irrisória a independência do país.

A participação no bloco agressivo da OTAN, a existência de bases militares em território português assim como a politica belicista, condenam Portugal à miséria e ao atraso economico. Agravam a situação de dependencia, ameaçam o povo português de graves perigos de guerra em seu próprio território e são grandes obstáculos à conquista da democracia.

A luta pelo desarmamento geral e completo e pela paz, é parte integrante da luta do povo português pela democracia e por uma verdadeira independência nacional.

O país está em guerra.

Os combates prosseguem em Angola desde Março de 1961. Os massacres das populações não cessaram; as remessas de armamento continuam aumentando; uma parte da juventude é sacrificada nesta guerra.

Como pode um país subdesenvolvido, com um dos mais baixos niveis de vida da Europa, sustentar uma luta armada numa região tão vasta?

Esta guerra só é possível graças ao apoio que o governo recebe do exterior, graças à existência de blocos militares e à corrida armamentista.

Portugal é membro da O.T.A.N Ocupa uma posição estratégica excepcional. Numa situação de guerra fria, a OTAN fará todos os esforços para conservar as bases instaladas no País. As negociações em curso para a prorrogação da cedência dessas bases aos Estados Unidos, são a evidência da sua importância estratégica.

A guerra em Angola entra nesta conjuntura. Mas a situação de Angola não é todo o problema. Ela não é senão um aspecto do complexo colonial português e, por consequência, a solução do problema não diz respeito somente à OTAN, mas ao conjunto da situação mundial, à qual sò um desarmamento geral e completo e a libertação dos povos coloniais, podem pôr termo.

A nossa delegação considera pois, que a chamada "paz armada" com todas as suas consequências: corrida armamentista, blocos militares, propaganda de guerra, economia de guerra e politica colonialista, tem para Portugal graves consequências, constitue uma ameaça permanente à segurança mundial e contribue para o agravamento da tensão das relações internacionais.

O nosso povo acusa os colonialistas portugueses e afirma a sua inteira solidariedade a todos os povos das colonias portuguesas em luta pela sua libertação.

O desarmamento geral representa para o povo português a esperança da volta à sua independência, de conquistar a democracia, de gozar os frutos do seu trabalho e de estabelecer relações fraternais com todos os povos. Para os povos colonizados o desarmamento representa a supressão do principal obstaculo ao acesso imediato à independência. Para o mundo, o desarmamento geral e completo representa a normalização da situação internacional e a garantia duma paz estavel para todas as Nações.

Missão de informação Visita Portugal

O Comité Internacional da Conferencia dos Paises da Europa Ocidental para a Amnistia aos Presos e Exilados Politicos Portugueses alcançou recentemente uma grande vitoria para a causa pela qual luta, com o envio a Portugal de uma missão de informação. Dessa visita, que se realizou de 17 a 24 de junho, participaram: Helen Ward, pelo Comité Nacional Ingles; Adrien Wolters, da Liga dos Direitos do Homem, pelo Comité Nacional Belga; Pompeo de Angelis, pelo Comité Nacional Italiano; e Daniel Vidal e Jean Lannes, pelo Comité Nacional Francês. Os delegados estudaram problemas de ordem juridica e humana colocados pela repressão fascista e, em Lisboa, Porto e Coimbra, avistaram-se com personalidades politicas e com pessoas das familias de alguns presos, colhendo valiosas informações sobre a situação dos presos politicos e o agravamesto da repressão. Os resultados da iniciativa serão brevemente publicados numa brochura a que será dada a maior divulgação internacional.

Na sequencia de esforços desenvolvidos junto das autoridades fascistas, a missão obteve autorização para que um dos seus membros voltasse posteriormente a Portugal para assistir, como observador ao julgamento do dr. Arlindo Vicente. A escolha recaiu sobre Helen Ward, do Comité Ingles e a sua presença, no tribunal, em julho findo, foi, fora de dúvida, um dos fatores que maior influencia exerceu na leveza da pena. Mais uma vez ficou, assim demonstrada a importancia das campanhas internacionais de denuncia dos crimes do fascismo portugues. Quando pressionado do exterior, o salazarismo quase sempre procura esconder a sua verdadeira face e exibe uma falsa benignidade.

Condenados a prisão perpetua!

Entre os muitos democratas que, tendo cumprido nos carceres salazaristas as penas a que foram condenados, permanecem presos por força da aplicação das chamadas "medidas de segurança" contam-se os seguintes: Manuel Rodrigues da Silva, Manuel Guedes, Aida Magro, Ivone Dias Lourenço, Maria da Piedade Gomes dos Santos, dr. Humberto Lopes e Antonio Alves Pedra.

Lutemos para salvar da prisão perpetua esses patriotas!

Repercussão do apelo

O apelo a favor da anistia aos presos politicos portugueses, lançado no documento unitário encabeçado pelas assinaturas do General Humberto Delgado, Alvaro Cunhal e Prof. Ruy Luis Gomes, continua obtendo grande repercussão em todos os paises. Assim, em Itália, o jornal "AVANTI" de 17 de junho passado, comentando, em correspondencia de Paris, a importancia desse documento, escreve: "A anistia constitui uma das principais reivindicações dos antifascistas portugueses, os quais, tornando-se promotores duma vasta campanha junto dos paises democráticos tentam chamar a atenção da opinião pública mundial para a grave situação existente em Portugal onde a Polícia Secreta de Salazar prende centenas de oposicionistas, e solicitar uma vasta ação internacional para arrebatar os presos das mãos dos torturadores, pondo assim côbro a um estado de coisas inadmissivel para um país democrático."

Também o semanário ilustrado "IL PUNTO", de 23 de junho, se refere a êsse documento ao qual chama "um verdadeiro e realmente dramático apelo a todo o mundo no sentido de se decidir a intervir, por qualquer meio diplomático e político, a fim de levar Salazar a conceder uma anistia efetiva aos presos politicos portugueses".

O diário "EL POPULAR", de Montevideu, na sua edição de 28 de junho transcreve na integra o apelo e os nomes dos dirigentes oposicionistas portugueses que o assinam.

Por outro lado, a exposição a realizar em Itália, patrocinada pelo "AVANTI" a favor dos antifascistas portugueses e espanhóis continua obtendo mais adessões. Entre os últimos aderentes assinalados: Giulio Turcato, Scordia, Vincenzo Bentinelli, Romano Conversano, Livio Marzot, Bernardino Marinucci, Mario Motton, Romolo Vetera, Comité pela Liberdade do Povo Espanhol, Carla Accardi, Giulio Carlo Argan, Vinicio Berti, Enzo Brunori, Antonio Bueno, Ennio Calabria, Pietro Consagra, Carlo Carrà, Bruno Caruso, Alberto Casarotti, Bruno Cassinari, Giorgio De Marchis, Piero D'Orazio, Luigi Rosso, Lorenzo Guerrini, Renato Guttuso, Carlo Levi, Vittoria Lippi, Silvio Loffredo, Mino Macari, Corrado Maltese, Giuseppe Mazzariol, Vito Meloitto, Giuseppe Migneco, Alberto Moretti Gualtiero Nativi, Gastone Novelli, Orsi Balducci, Passeto, Mario Penelope, Achille Perilli, Nello Ponente, Armando Pucciarelli, Carlo Lodovico Ragghianti, Renzo Romero, Vittorio Rubino, Giuseppe Santomaso, Antonio Sanfilippo Ninni Santoro, Renato Santini, Ausonio Tanda, Antonello Trombadori, Emilio Vedova, Marcelo Venturoli, Renzo Vespignani, Marisa Volpi.

Conferencia dos Paises da Europa Ocidental Para a Anistia aos Presos e Exilados Politicos de Portugal

3 e 4 de NOVEMBRO de 1962

Cartaz de Clovis Graciano para a Conferência da Anistia.

BOLETIM Nº 13 AGOSTO DE 1962

CORTE E SOBREPONHA

Pequena cronologia de violencias policias

Pelo panorama que abre sobre os crimes da ditadura salazarista publicamos, a seguir, uma pequena cronologia dos principais atos repressivos cometidos pelo aparelho de terror policial do salazarismo entre os dias seis de Março e 24 de Abril do ano corrente:

6 de Março — *Sergio Vieira*, sapateiro, é preso no Porto. Em São Pedro da Cova, zona mineira, a PIDE detêm três operários.

7 de Março — *Joaquim Ribeiro*, é novamente preso no Porto e sistemàticamente espancado nos dias seguintes. Este democrata já passou mais de 16 anos, nos presídios salazaristas.

8 de Março — Mais de 20.000 pessoas, na maioria mulheres e jovens manifestam-se nas ruas do Porto, exigindo "Liberdade! Paz em Angola! Amnistia!" As brigadas de choque da Polícia de Segurança Pública e da PIDE intervêem. Dezenas de democratas são detidos. Entre eles, *Maria Carneiro Sá*, operária, com 38 anos, mãe de 7 filhos, a qual, após ser presa foi brutalmeste espancada no 3.º andar da sede da PIDE; *Maria Tereza Ruela*, presa pela sexta vez; e ainda outra operária, cujo nome se ignora, e a quem 15 policias fracturaram o maxilar durante uma longa sessão de tortura.

9 de Março — A Guarda Nacional Republicana monta barragens perto do Couço, pequena aldeia do sul do País. Centenas de pessoas são revistadas e interrogadas.

11 de Março — Centenas de taxis são vistoriados em Lisboa, no Cais do Sodré, pela PIDE que assalta, simultaneamente o "Café do Imperio", no centro da cidade, realizando numerosas prisões.

13 de Março — *Augusto Sereno*, empregado de uma Companhia de Seguros, é preso em Aveiro.

16 de Março — As brigadas de choque da PIDE e da PSP assaltam a sede da Carris, em Lisboa, onde 2.000 operários estavam reunidos, reclamando aumento de salário. Numerosos operários são presos, o mesmo sucedendo a alguns transeuntes.

17 de Março — Centenas de estudantes que protestavam, à porta das respectivas Faculdades, no Porto, costra a prisão de colegas, são agredidos e muitos deles presos.

22 de Março — Em Beja, a policia prende o capitão Valente, o soldado Manuel Fragoso e outras cinco praças.

27 de Março — No Barreiro, as residencias de cinco operários de Companhia União Fabril são assaltados pela PIDE; às seis da manhã. Os operários são detidos.

30 de Março — Em Almada, Olho de Boi e outras povoações da margem sul do Tejo a Policia realiza 18 prisões, quase todas de operarios. Um estudante, um comerciante e um alfaiate são igualmeste detidos.

31 de Março — Em Alpiarça é preso o camponês *José Borlota* e, no Porto, o democrata *José Torres*, tipógrafo do jornal "Comercio do Porto". Este último será submetido à tortura da "estatua" durante sete dias e sete noites.

3 de Abril — Um proprietário de Melides, que resolvera satisfazer as reivindicações dos seus trabalhadores rurais (oito horas por dia e uma jorna da 28 escudos para os homens e 24 para as mulheres) é preso pela PIDE. Pretexto: todos os camponeses do sul de Portugal fazem a mesma exigencia e não se deve ceder...

5 de Abril — Um empregado de escritória da Companhia União Fabril, *Manuel Farinha*, é preso no seu domicilio, em Almada.

7 de Abril — Um jovem operario de 18 anos, do estaleiro "Parry & Son" é preso.

8 de Abril — A PIDE, a GNR, e as brigadas de choque da PSP ocupam Aljustrel. Todos os grupos de mais de duas pessoas são dissolvidos. Todos os mineiros que não cumprimentam os esbirros policiais são conduzidos ao posto local. Há policias por todo o lado, até disfarçados de mendigos...

10 de Abril — Perto das minas de São Domingos, dezenas de policias armados tomam posição.

17 de Abril — Dezenove ferroviarios são detidos no Barreiro. Na mesma vila, a policia ocupa a séde da Cooperativa Barreirense, prendendo 27 pessoas, entre as quais crianças e velhos. Algumas apenas faziam compras ou assistiam a um programa de televisão. Dias depois, 17 continuavam na prisão.

19 de Abril — O Congresso das Juventudes Musicais de 19 países, que devia realizar-se em Lisboa, é proibido, sob a ameaça de represálias governamentais.

20 de Abril — 150 trabalhadores da Empresa Geral de Transportes fazem greve em Lisboa, pedindo aumento de salários. A PIDE intervem, efectuando numerosas prisões.

21 de Abril — O professor *José Pinto* e sua mulher são presos no Porto.

24 de Abril — O Cine-Club do Porto, o mais conhecido do país, é invadido e fechado pela PIDE. Dois seus dirigentes são presos: *Fernando Andrade* (ex-candidato a deputado) e *Luis Ferreira Alves*. A censura proibe aos jornais fazerem qualquer referencia aos cine-clubes.

Escrevei aos presos politicos

São numerosas as cartas recebidas na nossa redação de vários paises, solicitando informações sobre a maneira de entrar em contacto com os presos politicos portugueses. As perguntas que nos fazem são quase sempre as mesmas e, por isso, na impossibilidade de responder a todas essas comoventes missivas damos, a seguir, algumas indicações de utilidade geral para quantos desejam testemunhar a sua solidariedade às vítimas da sanha repressiva do fascismo portugues.

Em primeiro lugar cumpre assinalar que é muito dificil manter correspondencia com presos politicos. Nas prisões salazaristas apenas se admite, em principio, correspondencia — uma folha por semana — e sobre temas limitados — com pessoas de familia até certo grau de parentesco. Dois primos, por exemplo, já não têm o direito de se corresponderem.

Nada a fazer, então. Não. Há os endereços das familias dos presos politicos como via a utilizar para iludir a censura da PIDE. Convem, contudo, lembrar que a censura, sob a forma da presença permanente da policia política nos Correios pode interceptar ilegalmente algumas dessas cartas. Outras, porém, escaparão a vigilancia dos esbirros da PIDE! E uma carta chegada significa tanto para um democrata preso! Nenhum deles é insensivel a palavras de conforto venham elas de Paris, de Londres, de Praga, do Rio de Janeiro, de Argel! Nenhuma dessas missivas chegará, é certo, às mãos do destinatário. Mas a familia, ao visitá-lo dirá — apesar dos microfones, dos policiais, das grades — que lhe escreveram desta ou daquela cidade, transmitirá a mensagem, responderá pelo destinatário... Será um dia de alegria no cárcere lôbrego.

Eis alguns endereços:

PRESO	*FAMILIA*	*MORADA*
José Nogueira Casanova	Graciette Nogueira, esposa	R. Ten. Espanca, 17 r/c dto — Lisboa.
António Borges Coelho	Isaura Coelho (espôsa)	Av. dos Estados Unidos da América, Lote 369, 4.º — Lisboa
Maria Albertina Diogo	Manuel Diogo (pai)	Chão Duro — Moita do Ribatejo
Evelina Diogo	Idem	Idem
Nuno Potes Duarte	Maria José Potes Duarte (mãe)	R. de S. Mamede (ao Caldas), 24, 4.º, Porta C — Lisboa
Severiano Pedro Falcão	Maria Beatriz Falcão (espôsa)	R. Dr. Sousa Martins, 59 — Alhandra
Sofia Ferreira	Mercedes Ferreira (irmã)	R. da Bélgica, 58 — Vila Franca de Xira
Oscar dos Reis Figueiredo	Eugénia Maria Figueiredo (espôsa)	R. José Luis de Morais, 15, cave, dt. — Sacavem
Julieta Gândara	Arq. Hernani Gândara (irmão)	R. D. Fernão Alvares Oriente, 8, cave — Lisboa
Carlos Aboim Inglês	Dra. Maria Isabel Aboim Inglês (mãe)	Av. D. Nuno Alvares Pereira, 35, 1.º — Estoril
	Maria Adelaide Aboim Inglês	Idem
Dr. Humberto Lopes	Arminda Lopes (espôsa)	Praça Visconde de Serra do Pilar, 26 — Santarem
Ivone Dias Lourenço	Casimira Dias Lourenco (mãe)	Travessa das Almas, 2 r/c, esqu. — Lisboa
Aida Magro	Flora Alves Magro (tia)	R. António Patrício, 14, r/c, esqu. — Lisboa
João Raimundo	Maria Filomena Quaresma (espôsa)	R. Tenente Valadim, 20, r/c — Cova da Piedade
José Liso Ralha	Maria Ralha (espôsa)	R. Passeos Manuel, 31 — Alhandra
Dr. Orlando Lindim Ramos	Cândida Lindim Ramos (mãe)	Bombarral
José Mautempo Rolim	Maria Pauleta Rolim (espôsa)	Escola de Regente Agricolas de Evora — Herdade da Mitra — Evora
Fernanda Paiva Tomaz	José Paiva Tomaz	Mortágua
Joaquim Diogo Velez	Francisco Velez	R. Tenente Possidónio Coelho, 8 — Sacavem
Cândida Ventura	António Ventura (pai)	Caldas de Monchique
José Vitoriano	Maria de Lurdes Vitoriano dos Santos (espôsa)	R. da Hortinha — Ferragudo — Portimão

APELO AOS BRASILEIROS

Para esclarecimento da opinião publica brasileira sobre os objetivos e o significado da Conferencia dos Países da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Politicos de Portugal, a Comissão da Unidade Democratica Portuguesa que se ocupa do problema da Anistia editou um folheto que historia os antecedentes do movimento mundial de solidariedade aos presos e exilados politicos e conclui com um apelo aos democratas brasileiros solicitando o seu apoio para o conclave que se inaugura em Paris no dia 3 de Novembro proximo. Esse apoio poderá ser dado atraves das seguintes formas:

1ª — Adesão à Conferência.

Esta adesão poderá ser dada por meio de declaração ou carta dirigida ao Snr. Daniel Vidal, Secretário Geral da Comissão de Iniciativa, a ser-nos remetida ou diretamente para : 77, rue d'Aboukir — Paris — 2me.
A adesão poderá efetuar-se também mediante a subscrição da lista inclusa, agradecendo nós que a mesma nos seja remetida até ao dia 10 de outubro, com o maior número possível de assinaturas.

2ª — Por meio de intervenções junto da imprensa, em assembléias legislativas, partidárias, sindicais e estudantis, que possam levar a pronunciamentos coletivos.

3ª — Mediante donativos.
Certos do bom acolhimento que os nossos amigos brasileiros irão dispensar ao presente apêlo, a todos dirigimos as nossas mais calorosas e agradecidas.

Saudações democráticas

Centenas de personalidades brasileiras em destaque nas letras, nas artes, na politica, na vida universitária, sindical e estudantil assinaram já uma declaração de apoio à Conferencia do seguinte teor:

"Tendo tomado conhecimento da próxima realização da Conferência da Europa Ocidental em favor da Anistia em Portugal;

Conhecendo a gravidade e urgência da situação em que se encontram atualmente os presos políticos portugueses;

Tendo manifestado, por vários meios, a sua adesão ao movimento Ibero-Americano Pró Anistia em Espanha e Portugal;

Entendendo que a Conferência Européia poderá desempenhar papel relevante para a causa da Anistia;

Os abaixo assinados conscientes do significado humanitário e de concórdia que essa causa representa, resolvem exprimir o seu inteiro apoio à realização da Conferência da Europa Ocidental pela Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses."

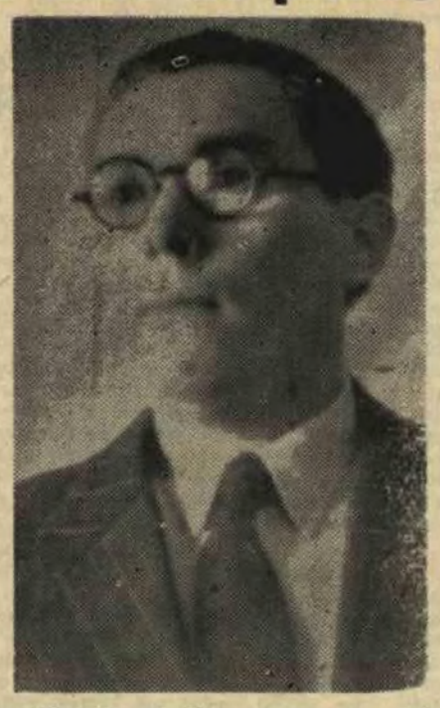
Os artistas brasileiros na Conferencia de Paris

Tudo indica que a mostra de pintura brasileira que se realizará brevemente em Paris, integrada na Conferencia dos Países da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Politicos Portugueses, constituirá um grande exito. A recolha das obras, orientada pelo escritor e critico da arte Geraldo Ferraz, terminou no passado dia 31, pela necessidade de se proceder ràpidamente aos trabalhos de cabotação e embarque. Ofereceram obras, entre outros, os seguintes artistas:

Di Cavalcanti, Fernando Odriozola, Ciro del Nero, Iolanda Mohaly, Clovis Graciano, Flexor, Ionéli, Renina Katz, Barboso, Hilde Weber, Sergio Milliet, Acácio Assunção, Isabel De La Sabliere, Fernando Lemos, Aldemir Martins, Maria Bonomi, Isménia Coaracy, Leopoldo Raimo, Ernestina Karman, Raimundo Oliveira, Geraldo de Souza, Francisco Biojone, Decourt, João Suzuki, Alberto Teixeira, Rita Rosenmayer, Mário Zanini, Rebôlo Gonsales, Takaoca, Tikashi Fukushima, Garcia Arias, Livio Abramo, Maria Antonieta, Glauco de Broi, José Brasiliense, Maria Leontina e Milton da Costa.

No próximo numero publicamos a introdução ao catalogo de exposição, da autoria de Geraldo Ferraz. Qualquer assunto relativo ao certame deve ser tratado com aquele critico de arte (jornal "A Tribuna", em Santos) ou com Alexandre Pereira, rua Conselheiro Furtado, 191, telefone 37-0933 (depois das 19 horas).

21 anos de prisão



Manuel Rodrigues da Silva, um nome na galeria das vitimas do fascismo portugues, um patriota que devemos salvar das prisões salazaristas. Ali se encontra há 21 anos por se manter fiel aos interesses do povo portugues. Atacado de paralisia, a PIDE continua a recusar-lhe a menor assistencia medica.

Apoio à conferencia

Cópia da carta enviada pelo nosso companheiro de Redação, dr. Manuel Sertório ao sr. Daniel VIDAL, secretário do Comité de Iniciativa para a amnistia em Portugal:

São Paulo (Brasil), 6 de Julho de 1962.
Prezado Senhor:

Apresento-vos, na vossa qualidade de secretário do Comité de Iniciativa para a organização de uma conferência dos países da Europa Ocidental para a amnistia aos presos e exilados políticos portugueses, as minhas melhores felicitações e agradecimentos.

Felicitações, porque conheço muito bem todos os aspectos da repressão policial e judiciária do salazarismo, na medida em que, como advogado, intervim muitas dúzias de vezes no tribunal de excepção "plenário" para os "delitos" politicos, no fôro de Lisboa.

Agradecimentos, porque sou, tambem, um exilado politico do regime salazarista, em virtude de me ter visto obrigado a pedir asi'o ao ministro de Uruguai em Lisboa, em 1 de Dezeembro de 1959.

Toda a minha solidariedade vai, por consequência, para o Comité de Iniciativa que representais.

Contai, prezado Senhor, inteiramente comigo e aceitai as minhas cordiais

saudações anti-fascistas
a) *MANUEL SERTORIO*

Apoio do Paraná

Não são apenas os grandes centros como São Paulo e o Rio de Janeiro que, no Brasil, acompanham com interesse os trabalhos preparatórios da organização da Conferencia dos Países da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses. No Paraná é animador o apoio recebido da parte de numerosas personalidades, tendo já sido iniciados entendimentos para a realização em Curitiba de um grande ato público de solidariedade à Conferencia, sob o patrocínio da União Paranaense de Estudantes.

Telo de Mascarenhas

A libertação de Goa não foi o bastante para pôr termo às perseguições movidas pelo fascismo portugues aos democratas que sempre se recusaram aceitar os mitos do colonialismo salazarista. A ultima vitima foi o dr. Telo de Mascarenhas, de 64 anos, advogado, natural de Mormugão, (Goa). Acusado de "alta traição" por atividades contra 'a integridade da Pátria", o réu demonstrou que o julgamento não passava de uma farsa pois era cidadão indiano e não portugues. O Tribunal, contudo, deu como provados todos os "crimes" de que era acusado e condenou-o em 24 anos de prisão maior, dois anos de multa, na perda de direitos politicos por quinze anos, e em medidas de segurança por periodos prorrogáveis de seis meses a três anos.

Mais adesões à Conferência

FRANÇA

F. BERGES — Inspetor Geral do Ensino de Linguas Vivas. Robert BONNIN do Comitê Intersindical F.O. de Bâtiment et Bois. Doutor CARPENTIER; Georges DARDEL — Presidente do Conselho Geral do Sena, P. DETRAZ, Marcel DUFRICHE da Comissão Administrativa da C.G.T. Jean DOUCHET — Critico; René DUMONT — Professor; Marguerite DURAS — Escritora. A. ESPIARD — Antigo diretor de Gabinete no Ministério dos Velhos Combatentes. Clara GANSART — Artista dramática; Pierre GILHODES — Professor. Abade GLASBERG — Diretor do Centro de Orientação Social; Anne GUERIN — Jornalista. GUIMPEL — Arquiteto; JACOB — Professor; Jeanne LABERRIGUE — Diretora de pesquisas — Serge LEFAURIE — Jornalista; Julien LAUPRETRE da S.P.F. Me LEDERMANN — Advogada; MARC LEFORT — Diretor de Conferências. Mme. MARTORELL — Professora; Nadine MARTY — Diretora de Pesquisas. MICHALOWICZ — Diretor de pesquisas; Edgard MORIN — Encarregado de pesquisas. Jacques NANTET — Diretor de pesquisas; Helene PARMELIN — Escritora. Georges RINO — secretário da União dos Sindicatos F.O. da Região de Paris. Jacques RIVETTE — Cineasta; J. F. ROLIN — Professor; RUBENS — Escritor. Georges SADOUL — Escritor; M. SIAELNKOFF — Professor; Gerard SPITZER — Jornalista. TAVERNIER — Secretário da União dos Escritores Pela Verdade; Emile TERSEN — Professor; Dominique WALLON da UNEF; Agnés VARDA — diretor de cena; Pastour VIENNEY; Pierre VILAR — Diretor de estudos na Escola Prática de Altos Estudos.

INGLATERRA

A. Branwell — Jurista. P. Hirch — Leior da Universidade. R. Leslie — Leitor da Universidade. D. Goodvin — Organizador e J. Mahan — Secretário. A. D. Ram — Agente de Publicidade. G. Conderty — Funcionário Público. A. Young — Editor de livros científicos. U. Bett — Estudante finalista. M. Hazell — Secretária. D. Milton — Secretário. A. Sousa — Poeta. E. Brett — Estudante finalista. M. Goodflatt — Médico. J Gassin — Organizador. R. Amstrong — Professor de Música. H. Lyttelton — Chefe de Orquestra.

UM NOVO APELO CORRERÁ MUNDO

Esta mão, e êste apelo, serão vistas muitas vezes, em muitos lugares pelos democratas portuguêses.

APOIAI E AJUDAI A PRIMEIRA CONFERENCIA DOS PAISES DA EUROPA OCIDENTAL PARA A ANISTIA AOS PRESOS E EXILADOS POLITICOS DE PORTUGAL.

Enviai adesões, donativos ou quaisquer outras contribuições para a Rua Conselheiro Furtado, 191, S/2, Caixa Postal 4469 — S. Paulo.

Quadro da repressão

São numerosas as cartas que recebemos narrando aspectos da brutal onda de repressão policial desencadeada em Portugal. Não consegue, porém, a PIDE realizar em segredo as suas sinistras tarefas, pois há sempre patriotas atentos e que se apressam a denunciar os crimes praticados. No momento em que a atenção mundial se volta para os presos politicos, por motivo da realização da proxima Conferencia de Paris parece-nos mis do que nunca atual relembrar o drama permamente vivido por essas vitimas do fascismo. É nesse sentido que, publicamos o documento abaixo inserto, que nos foi enviado de Portugal por um jovem democrata:

"A situação dos presos políticos, em Portugal, é, sem dúvida, um dos mais prementes problemas que, no nosso país, têm absoluta necessidade de solução. Em face desse drama toda a luta é pouca, por muito que se faça.

Agudizam-se as condições em que se encontram os democratas presos, principalmente, a partir dos últimos movimentos de rua. As prisões estão cheias, quer em em Lisboa, quer no Porto. Em Peniche, continuam completamente isolados e submetidos às mais cruéis perseguições da G.N.R., os democratas que ali se encontram, alguns dos quais há longos anos.

Em Lisboa, muitas mulheres que foram presas ultimamente, na sua maioria camponesas do Couço e outras regiões, têm sido barbaramente tratadas. Submetidas à tortura do sono, foram espancadas selvàticamente a cavalo-marinho, completamente despidas. A desumanidade da agressão junta-se à humilhação, porque aquelas jóvens foram forçadas a passar frente aos esbirros da PIDE.

Todos os outros presos que com elas foram encarcerados, como consequencia das últimas manifestações de Maio, até há bem pouco tempo ainda não tinham tido visita dos seus familiares. Isto não falando já nas torturas a que têm sido submetidos os conhecidos democratas Octávio Pato e Júlio Martins e as que atingem João Honrado e Augusto Lindolfo, sobre a sorte dos quais quase nada se sabe.

No Porto recomeçou em Março a éra dura dos espancamentos e insultos odiosos por parte da PIDE, para com os presos. Todos os presos, quer homens, quer mulheres, foram bàrbaramente espancados, após uma manifestação no dia 8 de Março, sem, sequer serem identificados. Daí em diante tornou-se vulgar "a pancadaria".

Na onda de prisões verificada em Abril e Maio últimos, "como medida preventiva", grande parte dos presos foi submetida a torturas quer de espancamentos, quer de estátua.

Entre outros, destaque-se, como brutal, o tratamento inflingido a Jorge Araújo, jóvem a quem, os 11 dias de estátua, as três noites de consecutiva pancadaria, rodeado por agentes de pistola em punho que o ameaçavam de morte e lhe batiam com as coronhas para o forçar a "falar", não quebraram a sua inabalável honestidade e coerência democrática. Para infundir terror, a PIDE tem usado, ultimamente, como o fez com este jovem, o sistema de enviar à visita os presos esmurrados, a cair de sono, com as roupas em desalinho, sinais evidentes de que estão a ser maltratados, tudo para mostrarem "que não têm medo", "são fortes". Outros, como o Arquitecto Magalhães, o jóvem Alberto Andrade, o operário Bernardino, foram igualmente espancados e submetidos à tortura de estátua.

Mas não é só desta forma que a PIDE continua, a maltratar os presos.

A Engenheira Virginia de Moura, continua isolada. Seu marido, o Arquiteto Lobão Vital tem a saúde arruinada e se não o conseguirmos arrancar das garras fascistas, a sua vida corre perigo. O Dr. Vitor de Sá, João Xavier, Joaquim Feigueiras continuam presos. Este último, que a PIDE prendeu como refém, em virtude de não ter encontrado em casa a sua filha, jóvem universitária a quem pretende aprisionar, está em precária situação de saúde, pois é um doente pulmonar. Sem acusações concretas a PIDE conseguiu "enfiá-lo" num processo que chama de 'Juntas", somente, para o amarrar durante mais algum tempo, ignorando que a sua esposa corre o risco de perder a vida, dado que é, também, uma doente pulmonar em estado gravíssimo.

No Porto, só é permitida, uma visita por semana, de 1 horas, e não é consentido salvo 'casos especiais" (bom humor do agente de serviço) a entrada a crianças menores de 14 anos! Privam assim, os pais de verem os filhos.

Por tudo isto e muito mais que já sabemos, urge uma ajuda efectiva, cada vez maior, dos democratas emigrados para, conjuntamente se conseguir que o mal não se avolume. Importa fazer o fascismo recuar, perante a campanha mundial de denuncia das suas patifarias. É urgente, cada vez mais, que se divulge tudo quanto se sabe. Só assim, salvando as vidas dos nossos amigos e companheiros, conseguiremos derrubar o regime que nos amordaça e nos oprime. Eles são-nos necessários! E a sua libertação é o primeiro passo para que o fascismo vergue os joelhos.

PORTUGAL DEMOCRATICO

Unidade e organização instrumentos de ação

MANUEL SERTÓRIO

1.o A ENGRENAGEM SALAZARISTA

Uma comparação sumária entre a relativa força do fascismo português há seis ou cinco anos e a sua presente deterioração, bem patenteada em face das manifestações populares do passado mês de maio, mostra-nos o caminho percorrido no sentido da final libertação do nosso povo.

Às dificuldades e contradições internas do salazarismo sobrevieram as dificuldades e contradições externas provocadas pelo seu obstinado apego ao mito da "portugalidade" dos territórios coloniais, não obstante estes estarem sob efetiva soberania portuguesa desde apenas o 3.o quartel do século passado, como sucedeu com as colónias das grandes potências ocidentais, as quais há muito se apressaram lúcidamente (e habilidosamente) a conceder-lhes a independência política.

Nem o próprio governo de Salazar pretende ainda pôr em dúvida o completo isolamento internacional com que a sua política colonial se debate na ONU e junto, até, das potências do bloco ocidental.

A agudização das disenções internas do regime é a consequência natural desta situação e todos os fatos indicam com segurança que a era de Salazar encetou o período derradeiro da sua existência.

No entanto, a verdade é que a política colonial dos estados capitalistas só aparentemente é dirigida contra o salazarismo, pois o seu objetivo é conquistar a confiança dos povos africanos e especialmente a das suas burguesias nacionais. "Sol na eira e chuva no nabal" — independência das atuais colónias portuguesas e sobrevivência do salazarismo — são os verdadeiros propósitos daquela política.

Por seu lado, as discordâncias entre os salazaristas só têm também uma verdadeira razão de ser, que é o objetivo de salvar o salazarismo, com o sacrifício, se realmente necessário e quando necessário, do seu velho e combatido chefe.

A estas circunstâncias, que impedem a destruição do fascismo português por forças que de qualquer modo sejam estranhas ao nosso povo, acresce ainda a ação de auto-defesa da máquina repressiva existente, incluindo-se nela não só a PIDE como também os tribunais políticos e os altos comandos das forças armadas.

Sòmente, portanto, as forças populares conseguirão quebrar a engrenagem salazarista. Mas, para isso, terão de dar solução eficaz aos dois maiores problemas que desde sempre se têm apresentado aos ati-fascistas portugueses: o da sua unidade e o da organização.

2.o UNIDADE: INSTRUMENTO N.o 1 DA AÇÃO

Nenhuma força de tipo partidário nem o conjunto de todas as forças políticas de uma única classe social se mostrou ou mostra capaz de, por si só, derrubar o fascismo no nosso país.

Isto é suficiente para justificar a necessidade da convergência de ações por parte de todos os anti-salazaristas, independentemente dos seus diversos ideais filosóficos, partidários e religiosos. E é nessa convergência de ações (ou cooperação) que se configura a unidade de que carece a nossa luta: a unidade de ação para objetivos comuns.

Precisamente por a unidade de ação anti-fascista ser imprescindível para o derrubamento do salazarismo, não pode ser tolerada nenhuma confusão ou mistificação verbal em torno dela.

Ora, a unidade de ação nada tem a ver com a união dos mortos e dos paralíticos que, quando solicitados pelos problemas práticos, verificam estar unidos apenas na impossibilidade de saírem do imobilismo, pois a união deles não é uma forma de cooperação mas sim de coomissão.

A unidade de ação, que històricamente é a síntese da antiga unidade formal dos anos de 40 e das lutas fratricidas que se lhe seguiram, é um instrumento de ação e, ao mesmo tempo, uma resultante da própria ação, que é a grande unificadora.

Da unidade de ação estão, assim, naturalmente excluídos todos os que se omitirem dessa mesma ação. Mas nela deverão ter um lugar igual, sem discriminações nem servidões, todos os que se dispuserem a cooperar para atingir os objetivos práticos comuns, pois de contrário teríamos apenas uma simples identificação dos mais fracos com os mais fortes, o que equivaleria para os últimos à falsa e perigosa "unidade com eles próprios".

Por outro lado, aqueles que sempre defenderam a unidade de ação anti-fascista têm o direito e também o dever de afirmar bem alto que a unidade que não seja considerada como um instrumento de ações justas não leva a nenhum lugar. Ela torna mais grandiosas as ações realmente justas mas torna mais graves os êrros proventura cometidos sob a sua cobertura: e não transforma milagrosamente os êrros em ações justas.

Como a coexistência no plano internacional, a unidade de ação não é estática nem passiva, dando a impressão de ter sido feita uma vez por todas, mas dinâmica e ativa, em constante reajustamento às condições de luta por forma a permitir a vitória final dos pontos de vista politicamente corretos.

A unidade de ação está, assim, intimissimamente dependente do caráter justo do tipo ou tipos de ação a desenvolver e é em função deles que devem surgir e fortalecer-se os organismos unitários necessários.

Daí advem a indissolúvel ligação entre a unidade e a organização.

3.o ORGANIZAÇÃO UNITÁRIA: INSTRUMENTO N.o 2 DA AÇÃO

Qualquer luta exige organização e uma luta unitária exige uma organização unitária.

Como a unidade, a organização é um simples instrumento, embora também imprescindível, da ação, pelo que não poderemos esperar que seja a organização a conduzir mecânicamente às ações justas, já que isso seria outra forma segura de se caír no imobilismo.

Mais ainda: a ausência de um plano de atuação levará fatalmente qualquer organização política à morte mais inglória que existe, que é a de inanição, sem que a ela possa obstar a sua natureza unitária ou o caráter revolucionario que reivindique.

É, portanto, para a execução e na execução de um programa prático de ações unitárias anti-salazaristas que deve tomar corpo e robustecer-se a organização dos estratos sociais e dos anti-fascistas mais diretamente empenhados no derrubamento do salazarismo, em todos os setores em que ela possa surgir: sindicais, estudantis, campesinos, políticos, regionais, etc.

Correspondendo à busca de uma unidade formal, as organizações unitárias dos anos passados tiveram o objetivo máximo, também formal, da representatividade, orgânica ou pessoal, dos seus componentes. Abarcar todas as varetas do leque anti-salazarista, especialmente nos órgãos de cúpula, foi então o ideal supremo.

Não podia ser este o esquema organizativo da cooperação ou unidade de ação. Se um comitê de fábrica tiver que ser formado exclusivamente por católicos, não virá por isso nenhum mal à verdadeira unidade, que é a da ação, nem à organização global criada para essa ação; e se numa localidade se formar espontâneamente um comitê integrado apenas por comunistas ou socialistas, também nenhum mal advirá por isso à unidade nem à organização, como fôra já defendido pelo signatário, em 1958/9, na Junta de Libertação Nacional, que precedeu as Juntas de Ação Patriótica.

Como a unidade, a organização tirará a sua máxima força da eficiência humana posta ao serviço das ações a realizar e do plano que as coordene.

Esta necessidade primordial de eficiência na ação indica precisamente o caráter que deve ser imprimido à nova organização unitária: o profissionalismo político.

Sòmente o profissionalismo, tomando o lugar, enfim, do amadorismo e do empirismo dominantes nestes longos 36 anos, possibilitará criar não só as condições exigidas para a luta na sublegalidade onde elas não existem ainda como um indiscutido comando único para toda a luta.

(De um planfeto em distribuição)

A opinião mundial contra Salazar

URUGUAIOS SOLIDARIOS COM A NOSSA LUTA

Promovido pela "Agrupação de Portugueses Democratas" e pelo jornal "Portugal Livre", de Montevideu, realizou-se no passado dia 6 de Julho um ato publico de solidariedade ao povo português, que teve o patrocínio e adesão de numerosas entidades uruguaias de todos os setores políticos e contou com a mais larga repercussão popular.

Haviam aderido ao "meeting", alem dos oradores e dos setores e organizações que representavam, as seguintes entidades e personalidades:

Partido Colorado Batilista; Movimento Revolucionário Oriental; Partido Socialista; Partido Comunista; Central de Trabalhadores do Uruguai; Federação de Estudantes Universitarios; União Feminina do Uruguai; Partido Obreiro Revolucionário; Centro de Estudantes de Arquitetura; Vanguarda Socialista; Federação Uruguaia de Empregados no Comércio e Indústria; Juventude Socialista Uruguaia; Centro de Estudantes Universitários do Serviço Social; Casa de Espanha; Casal Catalão; Hermandade Galeguista; Aliança Popular Espanhola de Libertação; Frente Espanhola Antifranquista; União Cultural Israelita; Organização de Estudantes Venezuelanos; Unidade Democrática Portuguesa (Brasil); General Humberto Delgado; Dr. Manuel Sertorio; Escritor Cipriano S. Vitureira (Uruguai); Comitê de Portugueses Democratas de Mar del Plata (Argentina); Comité de Portugueses Anti-fascistas (Uruguai), etc.

Com o amplo salão de Fonoplateia da Radio Nacional totalmente repleto e com numeroso público no "foyer", deu-se começo ao ato com os hinos uruguaio e português. A Mesa da Presidência estava adornada com as bandeiras portuguesa e uruguaia. Pelas paredes e no palco, dísticos com palavras de ordem: "Portugal, sim! Salazar, não!" — "Anistia! Anistia!" Presentes os estandartes da Agrupação de Portugueses Democrátas, de "Portugal Livre" e da União de Mulheres Portuguesas. Nos ângulos superiores do salão, bordeando o palco, uma exposição da imprensa uruguaia, testemunha fiel da ampla repercussão nacional do caso português nestes últimos dois anos. Noutros setores do salão, quadros vistosos de figuras populares portuguesas (campinos, varinas), de políticos ilustres da República, exemplares da imprensa clandestina, etc. O público de pé, vitoriou a Portugal e ao Povo Português. Abriu então o ato, encarregando-se da sua direção, o locutor da Rádio Centenário.

Falou em primeiro lugar, representando os parlamentares do Uruguai, o deputado nacional sr. German d'Elia. Depois de agradecer a oportunidade de participar uma vez mais num ato organizado pela Oposição Portuguesa do Uruguai, representada pela Agrupação de Portugueses Democratas, que já era popular e querida em todos os setores da opinião progressista, esboçou um documentado e dramático panorama da realidade portuguesa debaixo do regime salazariano.

O público, de pé, aplaude e grita mais uma vez: "Portugal, sim! Salazar, não!

Seguiu-se no uso da palavra a ex-Senadora JULIA ARÉVALO DE ROCHA, que declarou:

"O clima que vive a Península Ibérica e as greves de Espanha e Portugal, indicam que muito breve os povos de Espanha e Portugal serão libertados".

E a seguir:

"Cuba é um vivo exemplo de que um pequeno país dominado pelo imperialismo pode emancipar-se, embora esteja mesmo nas barbas do inimigo. É que o mundo transformou-se. Já vai longe a época em que o imperialismo dominava toda a humanidade através dos tentáculos dos monopólios, da Armada Britanica e dos Infantes da Marinha. Agora "outro valor mais alto se levanta" que é o peso e a influência dos países socialistas e dos novos Estados neutralistas da África e Ásia. Eles são exemplo, estímulo e escudo para os povos ainda oprimidos e a certeza de que serão defendidos e ajudados se tiverem a coragem de se levantarem contra a opressão."

Usou depois da palavra o notavel ator nacional JUAN MANUEL TENUTA, que leu o conhecido poema de Jaime Cortezão, MALDIÇÃO, tendo sido muito aplaudido pelo público.

Leram-se adesões do General Delgado, Unidade Democrática Portuguesa, Democratas Portugueses da Argentina, Dr. Manuel Sertorio e escritor Cipriano Vitureira.

Seguidamente, o terceiro orador sr. NELSON MINELLI, secretário da Federação de Estudantes do Uruguai, declarou:

"Os estudantes, em toda a parte do mundo e tambem em Portugal, apesar da ditadura e do terror, como demonstram as recentes greves estudantis de Coimbra, Porto e Lisboa, ocupam as primeiras fileiras na luta pela liberdade. A Federação de Estudantes Universitários do Uruguai luta pela liberdade de todos os povos e por isso não podia deixar de estar presente neste ato de solidariedade com Portugal em luta."

O sr. J. GARCIA GRAU, em nome da Frente Espanhola Antifranquista, organismo que agrupa todas as fracões e partidos espanhóis anti-fraquistas com representação no Uruguai falou dos vinculos entre portugueses e espanhóis, da situação atual que atravessa a Península e da necessidade de unidade das forças populares e democráticas para derrotar Franco e Salazar.

Concluida a importante dissertação do camarada espanhol, foi lido um documento em favor da criação de um "Comité Uruguaio de Apoio à Conferência Européia pró-Anistia dos Presos e Exilados de Portugal."

O sr. GERARDO CUESTAS, em representação da Central de Trabalhadores do Uruguai e na qualidade de seu Secretário Geral, afirmou tambem que a classe operária uruguaia e latino-americana devia muito aos trabalhadores portugueses e espanhóis, que foram os que primeiro criaram as bases do sindicalismo na América. "É nosso dever, agora, como sindicalistas e proletários, ajudar por todos os meios os nossos camaradas da Península Ibérica", declarou. Terminando, prometeu que a Central de Trabalhadores do Uruguai, e todos os sindicatos a ele filiados estão incondicionalmente ao serviço da causa que os portugueses do Uruguai defendem, que é a causa de todos homens progressistas — a causa da liberdade, da justica social, da autodeterminação, da cultura e do Progresso.

Terminados os discursos, subiram ao estrado a exímia soprano, de fama mundial, Virgínia Castro e sua acompanhante, pianista Yolanda de Castro.

O publico de pé, ovacionou as artistas.

Acompanhada pelo piano, Virginia Castro ofereceu ao público um espetacúlo colorido, interpretando formosas peças líricas e folclóricas do Uruguai, Argentina, Espanha, Cuba e Portugal.

Fechou o ato o Secretário da Agrupação de Portugueses Democrátas do Uruguai, o nosso companheiro JOAQUIM LOPES MENDES, que agradeceu a todos os que de uma maneira ou outra contribuiram para a preparação e aderiram ao ato" de uma maneira mui especial aos ilustres legisladores, e artistas do Uruguai que nos honram com a sua presença, a sua palavra", disse.

"Aproxima-se a hora da redenção da pátria oprimida. A vossa luta heróica", declarou, referindo-se aos portugueses — "o vosso sublime sacrificio, não serão em vão. A ditadura tem os seus dias contados. A unidade e o patriotismo de todas as forças oposicionistas e democráticas farão estilhaçar o arcabouço do fascismo. Para isso é necessário manter a vigilância e a Unidade Popular, pois só com elas poderemos conquistar a vitória definitiva.

Daqui, nós, portugueses residentes no Uruguai, e em particular quem vos fala, ex-prisioneiro da ditadura no Aljube, Caxias, Peniche e Angra, fazemos esta promessa solene: — secundar a vossa ação em todos os instantes a vossa heróica luta, informando ao mundo dessa gigantesca odisseia e das atrocidades da ditadura.

Prometemos lutar pela liberdade dos presos políticos, pelo retorno dos exilados, pela anistia, pela restauração da democracia e da liberdade. Avante, portugueses! Pela Patria, lutar! Viva Portugal! Viva o Uruguai!"

O ato foi então encerrado no meio do maior entusiasmo.

PORTUGAL DEMOCRATICO

Rua Conselheiro Furtado, 191
São Paulo, Brasil

DIRETOR RESPONSAVEL

Otávio Martins de Moura

CONSELHO DE REDAÇÃO

Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Jorge de Sena, Manuel Sertório, Paulo de Castro, Vitor Ramos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antonio Bidarra Fonseca, Carlos Neves, Francisco Lopes; Manuel Ferreira Moura.

SUCURSAL

RIO DE JANEIRO: Praça 11 de Junho, 356 — Telefone: 43-5110

REPRESENTANTES

FORTALEZA: Dr. Carlos d'Alge Av. Visconde de Cauipe, 2.853 Fortaleza — Ceará

CAXIAS: Manuel da Costa (Maneca) — Caixa Postal, 114 — Caxias (Estado do Rio)

BELO HORIZONTE: Virgolino Pereira Vilhena — Rua Rio de Janeiro, 390 — sala 304 — Caixa Postal 24 — Belo Horizonte — (Minas Gerais)

PELOTAS, Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro 312 — Pelotas Rio Grande do Sul

SALVADOR: Américo Carvalho — Av. Sete, nº 1 — Edifício Suvlacap, 215 — Salvador (Bahia).

INGLATERRA: Grupo de Portuguêses Democratas da Inglaterra (GPDI) 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex.

CANADÁ: Comitê dos Portuguêses Democratas do Canadá — 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguêsa — Apartado 8287 — Caracas

ARGENTINA — Joaquim dos Santos — Calle de Los Llanos, 1790 — DOCK SUR — Avellaneda — Buenos Aires

URUGUAI — Agrupação de Portuguêses Democratas — Colónia 1.013 — P. 7 — Montevideu

CHECOSLOVÁQUIA: Manuel Nunes — Konevova, 160 — Ziskov — Praha —

UNIÃO SUL-AFRICANA: J. Sarmento — P. O. Box 3314 — Johannesburg.

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Caixa Postal 4.469 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Numero avulso: Cr$ 10,00
Assinatura anual: Cr$ 300,00
Assinatura especial: Cr$ 500,00
Ass. p/ o Exterior: US $ 5,00

Ano VII - N.o 63 - Agosto de 1962

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

PREÇO PAGO
D.E.T. - S. PAULO

Endereços de Assinantes

ILMO.SR.
ALEXANDRE ANTUNES PEREIRA
R.LUCAS OBES,258
IPIRANGA - CAPITAL

Uma grande vitória do povo:

A Jornada de oito horas para os operarios agricolas

A jornada de oito horas de trabalho era uma velha aspiração do operariado agricola portugues. No Alentejo, principalmente, há muito que se vinha lutando para pôr termo às esgotantes jornadas de sol a sol a que eram obrigados pelos latifundiários os camponeses forçados a vender a força do seu trabalho por salarios de fome. E algumas vitórias parciais haviam já sido obtidas pelos trabalhadores da terra. Na sequencia da serie de lutas que tiveram o seu ponto mais alto nas manifestações do 1.o e do 8 de Maio, o operariado agricola de uma vasta região do Sul acaba, porém, de alcançar uma grandiosa vitoria que abre novas perspectivas de combate às massas rurais de todo o País. A Jornada de oito horas é, doravante, uma realidade em muitos conselhos do Alentejo.

ANTECEDENTES

Já no dia 1.o de Maio os operarios agricolas do Sul tinham feito sentir a sua firme determinação de não ceder na luta travada pela satisfação das suas justissimas reivindicações. Mais de 35.000 camponeses — em Ermidas, Grandola, San Tiago de Cacem, Sines, Alcacer do Sal, Pias, Vale do Vargo, Baleizão, Montemor o Novo, Alpiarça, etc. — enfrentaram corajosamente as forças policiais que o governo, amedrontado, enviara a toda a pressa para conter as manifestações. Nem o espectro da fome, nem as ameaças de prisão e de tortura contiveram as massas rurais. Recusaram-se a trabalhar e em impressionante e comovente manifestação de protesto, desfilaram, altivamente, pelas estradas do Alentejo e do Ribatejo.

Mas a época das ceifas principiava. Daí o pânico dos latifundiários. A repressão parecia-lhes ser o unico caminho. Mais uma vez. No dia 2 de Maio, em Ervidel, a Policia fez mais de 200 prisões, tendo dezenas de camponeses sido trazidos para Lisboa onde foram barbaramente torturados. Era apenas o principio da furia repressiva do fascismo. A vaga de terror policial cobriu, a seguir, quase todo o Alentejo. Mas não bastou para conter a indignação do proletariado agricola, para dominar o espirito de luta de centenas de milhares de trabalhadores alentejanos. A agitação saiu das cidades e das vilas para os campos. As paredes das herdades e as estradas apareceram cobertas de palavras de ordem, de combate. Na calada da noite, as reuniões clandestinas sucediam-se. nos "montes" notava-se uma efervescencia que assustava os proprietários. Folhetos principiaram a andar de mão em mão. Impressos pelo Partido Comunista, pelas Juntas de Ação Patriotica ou pelas comissões locais de unidade, esses prospectos foram a voz dos camponeses em revolta, falando uns com os outros, através da planura alentejana. Que diziam? Coisas como estas: "E então? Comemoramos no 1.o de Maio a conquista da jornada de oito horas pelos trabalhadores do mundo inteiro e nós, nós continuamos a trabalhar de sol a sol, doze, quatorze horas por dia? É tempo que isso acabe! Façamos como os companheiros de todos os outros países. Pela unidade e pela luta urge impor a jornada de oito horas!"

A VITÓRIA

E a luta começou. Greves, ajuntamentos, manifestações. Do Alentejo Litoral, ganhou o Alentejo do Sul e, depois, o Algarve, as Beiras, Trás-os Montes. Não foi apenas pela sua extensão e profundidade que assumiu as caracteristicas do maior movimento das massas camponesas até então registrado em Portugal. Foi tambem pela unidade magnifica que o marcou: as reivindicações eram as mesmas em todas as provincias do país. Desde os arrozais de Alcacer a Vila Nova de Milfontes e da herdade de Palma aos latifundios da rica planicie de Beja, da Beira ao Algarve, os camponeses sem terra exigiram, em todo o lado, como condição do seu regresso ao trabalho: a jornada de oito horas e salarios minimos de 28$00 para os homens e 25 para as mulheres. Em Palma a repressão atingiu violencia excepcional. O patrão, o latifundiário Francisco Posser de Andrade, chamou a GNR que realizou dezenas de prisões espancando a torto e a direito os camponeses. Horas depois, as paredes do posto da GNR para onde foram levados ainda estavam tintas de sangue. Mas a determinação dos operários agricolas era bem firme. Mulheres houve que chegaram a deitar-se à frente dos carros policiais. O clima de revolta era tal que o patrão, aterrado, fugiu com a familia para um dos seus palacios, em Cascais. Nos dias seguintes, episodios semelhantes verificavam-se no Escoural. No dia 7 os proprietarios começaram a ceder. Primeiro no Escoural, e, logo a seguir, em Montemor o Novo onde a greve durou quatro dias. Os agrários tentaram ainda uma solução de desespero: mandaram apressadamente vir ranchos de fóra. Mas a unidade dos trabalhadores funcionou admiravelmente. Os forasteiros solidarizaram-se com os da terra. Era a vitória. De Monte-mor a luta estendeu-se a Vendas Novas, a Pegões, Viana, Alcaçovas, Portel. E daí subiu para Azaruja, Evora Monte, Mora, Montargil, Couço, etc. Mais de 200.000 operarios agricolas conquistaram no Alentejo a jornada de oito horas de trabalho!

NOVA BASE DA NATO EM BEJA

LISBOA (Do nosso correspondente) — Embora oficialmente não tenha sido divulgado o fato, não constitui mais segredo para ninguem que o governo fascista de Salazar, prosseguindo na sua politica de alienação da soberania nacional autorizou a instalação de novas e importantes bases militares da NATO em territorio portugues. Segundo a agencia noticiosa da Republica Federal Alemã, o Ministerio da Defesa comunicou a um correspondente seu que se iniciarão dentro de breves semanas os trabalhos de construção de um gigantesco aeroporto militar na planicie que rodeia Beja e que essa base da NATO receberá, uma vez concluida, várias esquadrilhas da Força Aerea da "Bundeswehr" germanica. A NATO já adiantou para o efeito a soma de seis milhões de dólares e, com o acordo do governo fascista de Salazar vai tambem proceder à ampliação das instalações da base aerea que mantem no Montijo.

O conhecimento das intenções governamentais causou geral indignação, pois desperta justificados temores a política de integração do país no bloco militar da NATO que contraria frontalmente as aspirações populares. No Baixo Alentejo e especialmente na região de Beja a preocupação é maior sendo crescente o descontentamento causado pela noticia da próxima abertura dos trabalhos da base aerea e da subsequente vinda dos militares estrangeiros.

RADIO PORTUGAL LIVRE

Emissões Europeias

Contribuindo com exito para o esclarecimento e mobilização do Povo Português continua em pleno funcionamento a "RADIO PORTUGAL LIVRE", uma voz liberta da censura salazarista.

Horário das emissões: Todos os dias das 15 e 10 às 15 e 40 (26,31 e 32 metros) das 22 e 15 às 22 e 45 (31 metros), horas de Lisboa.

A ONU CONDENA

Em Janeiro dêste ano, a "Subcomissão das Nações Unidas para a prevenção da discriminação e proteção às minorias" aprovou sete princípios gerais sôbre liberdade e não-discriminação em matéria de direitos políticos, cujo texto damos a seguir na íntegra. Acentuemos que tal aprovação significa a obrigação por todos os países membros das Nações Unidas de os respeitar. Mas escusado seria acentuar que tais princípios são, sem exceção, todos aquêles que o fascismo português não aplica. Eis os princípios aprovados:

I — DIREITOS DOS CIDADÃOS

a) Todos os naturais de um país gozarão nesse país de plenos e iguais direitos políticos, sem qualquer distinção de raça, côr, sexo, odioma, religião, opção política ou social, posição econômica, de nascimento ou de outra qualquer condição. O direito de voto não dependerá da alfabetização nem de outros requisitos de instrução.

b) A ninguém será recusada ou tirada a nacionalidade como meio de o privar de direitos políticos.

c) A idade, o tempo de residência e outras condições prescritas pela lei para o exercício de determinado direito político serão as mesmas para todos os naturais de um país ou habitante de uma divisão política, se fôr êste o caso.

II — SUFRÁGIO UNIVERSAL

Todos os naturais terão direito de voto em eleições, referendos e plebiscitos nacionais que sejam realizados no seu país, e em qualquer de tais consultas públicas efetuadas na divisão política ou administrativa do mesmo, em que resida.

III — SUFRÁGIO IGUAL

a) Todos os naturais terão direito a votar em condições de igualdade em qualquer eleição ou outra consulta pública para a qual esteja qualificado, e cada voto terá o mesmo valor.

b) Quanto a votação se efetuar à base de distritos eleitorais, estes distritos deverão ser formados de forma justa, a fim de que o resultado reflita da forma mais exata e completa possível a vontade de todos os votantes.

c) Em tôdas as eleições ou consultas públicas feitas por votação direta haverá uma lista geral de eleitores, e todos os naturais qualificados figurarão nessa lista.

IV — VOTO SECRETO

a) Todos os eleitores poderão votar de forma a não se revelar de que modo o fizeram ou se propõem fazê-lo.

b) Não será exigido a nenhum eleitor declarar, em atuações judiciais ou de qualquer outra espécie, de que maneira votaram ou se propõem fazê-lo, e ninguém procurará obter de um eleitor, diretamente ou por outra forma, informação sôbre a maneira como votou ou se propõe fazê-lo.

V — PERIODICIDADE DAS ELEIÇÕES

As eleições para todos os cargos públicos eletivos serão efetuadas a intervalos razoáveis, para assim garantir que a vontade do povo seja a todo o momento a base da autoridade do poder publico.

VI — AUTENTICIDADE DAS ELEIÇÕES

a) Cada eleitor terá liberdade de votar a favor do candidato ou da lista de candidatos que seja da sua preferência em qualquer eleição para cargos públicos, e não será obrigado a votar a favor de um determinado candidato, ou duma determinada lista de candidatos.

b) Cada eleitor terá a liberdade de votar a favor ou contra qualquer proposta apresentada num plebiscito, referendo ou outra qualquer consulta pública.

c) A realização das eleições e outras consultas públicas, inclusive a preparação e revisão periódica da lista de eleitores, será vigiada por autoridades cuja independência e imparcialidade estejam garantidas, e de cujas decisões se possa apelar para as autoridades judiciais ou outros órgãos independentes e imparciais.

d) A liberdade de opinião e de expressão, e a liberdade de reunião e de associação pacíficas são essenciais ao gôzo dos direitos políticos. Estas liberdades, assim como as facilidades e meios para o exercício delas, deverão ser garantidas a tôdas as pessoas em qualquer momento.

e) Será garantida plena liberdade para a expressão pacífica da oposição política, e para a organização e o livre funcionamento dos partidos políticos e o direito de apresentar candidatos às eleições.

VII — ACESSO A CARGOS PÚBLICOS ELETIVOS

a) Todos os naturais dum país são elegíveis em igualdade de condições na eleição para qualquer cargo público eletivo no seu país, ou em qualquer divisão política ou administrativa do mesmo onde resida.

b) A lei determinará em que medida êste princípio deverá aplicar-se àqueles dos naturais cuja eleição pudesse criar um conflito entre os seus deveres ou interêsses pessoais e os interêsses da coletividade em geral.

GEN. HUMBERTO DELGADO

Bastaria o nome do seu autor para que "Tufão sobre Portugal" despertasse a atenção e o interesse de todos os democratas portugueses. Trata-se, porém, de uma obra de cunho essencialmente documental o que lhe confere um interesse histórico particular. O general Humberto Delgado reuniu nela documentos indispensáveis à interpretação e compreensão da sua ação politica em Portugal e no Exilio e, como tal, de imensa utilidade para um melhor conhecimento de fatos geralmente deturpados ou apenas parcialmente tornados publicos.

Para além da fundamentação das suas atitudes de combatente altamente qualificado pela causa da Libertação de Portugal, o gen. Humberto Delgado, enfeixando em volume esses documentos, concorre para o esclarecimento de certos espiritos pelas perspectivas que abre sobre o processo do fascismo português.

Todos os democratas que desejarem adquirir a obra podem fazê-lo por intermédio de PORTUGAL DEMOCRATICO ao preço de Cr$ 500 (quinhentos cruzeiros). Pedidos à redação do nosso jornal.

Estudantes contra o colonialismo

LEOPOLDVILLE (Do correspondente) — Entre os milhares de refugiados angolanos que se encontram nesta cidade causou satisfação a noticia de que numerosas associações de estudantes da Europa e da America condenaram o colonialismo portugues em comunicados a que foi dada a mais larga divulgação.

O comunicado distribuido pela United States National Student Association é do seguinte teor: A USNSA condena as autoridades portuguesas por sua continua repressão à liberdade e à violação dos direitos humanos dos estudantes africanos debaixo da dominação portuguesa. Solicita ao governo portugues a abertura de negociações para a autodeterminação territorial e politica das chamadas "provincias ultramarinas" e expressa sua esperança de que o governo dos Estados Unidos procure junto das Nações Unidas por fim aos conflitos entre as tropas portuguesas e as populações de Angola, Moçambique e Guiné na sua luta pela autodeterminação."

De seu lado a Verband Deutscher Studentenschaften emitiu o seguinte comunicado: "A VDS expressa sua irrestrita simpatia pela luta gloriosa dos estudantes sob o domínio colonial portugues contra o regime ditatorial de Salazar e espera que essa luta seja em breve coroada de êxito com a conquista da liberdade e da independencia nacional para seus respectivos territorios".

Comunicados animados do mesmo espirito foram divulgados pelas Associações Nacionais de estudantes da Noruega e da Africa do Sul.

Arquitetos e engenheiros com os estudantes

Durante o periodo mais agudo da corajosa luta dos estudantes portugueses contra o governo fascista de Salazar — luta que apenas foi interrompida pelo periodo de férias e que recomeçará brevemente com a abertura oficial das aulas — uma das primeiras entidades de classe que manifestou a sua integral solidariedade às reivindicações estudantis, insurgindo-se contra a bárbara repressão policial e a atitude pusilamine do Senado Universitário foi o Sindicato dos Arquitetos.

Também os engenheiros quiseram testemunhar a sua solidariedade aos universitários em greve, mas, numa demonstração flagrante de prepotencia fascista o presidente da Assembléia Geral da respectiva Ordem opos-se à realização da reunião em que o problema devia ser debatido a pedido da maioria dos membros da secção regional de Lisboa.

Movimento de Solidariedade em Italia:

Leia no próximo número a reportagem sôbre o movimento de solidariedade do povo italiano, que deixamos de publicar nesta edição, por absoluta falta de espaço.